



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ISMÊNIA ROSÁRIA JOÃO**

**POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL**

**2017**

**ISMÉNIA ROSÁRIA JOÃO**

**POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA**

O Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de grau bacharel em Administração Pública.

**Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL**

**2017**

**ISMÉNIA ROSÁRIA JOÃO**

**POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração  
Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Data: 26 /07/2017.

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição (Orientadora)

---

Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

---

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa

## DEDICATÓRIA

Este trabalho homenageia à Deus em primeiro lugar, meu amado pai Policarpo, minha amada mãe Lucia. Os meus tios (a) queridos (a) Fernando João, Vasco Simão e Maria António. As minhas irmãs, minhas Avôs Engrancia e Domingas. Além de toda a família que contribuiu com meus estudos desde a educação familiar até a universidade, por meio de formação moral e suporte financeiro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus pela vida, saúde e fé que me deu para acreditar nos meus sonhos. Seguidamente aos meus pais: Policarpo e Lúcia, arquitetos de toda minha trajetória, aproveito para agradecer também a minha família, pelo apoio moral, material e confiança que depositaram em mim, em especial as minhas irmãs: Isaura, Ema, Marisabel, Vladimira e Priscila. De forma muito carinhosa dedico estas seguintes linhas para expressar-lhe a minha gratidão pelo incentivo e coragem a mim dados. Por ser a primeira angolana a terminar este curso na UNILAB, prezo o meu alento no momento de dedicar também ao povo angolano.

Este trabalho de conclusão do curso não teria sido elaborado sem a colaboração e orientação da Professora Dra. Eliane Barbosa da Conceição (ICSA). A sua dedicação e encorajamento ensinaram-me que a organização, o rigor e o trabalho contínuo são fundamentais na investigação científica, às quais devo profundo reconhecimento e gratidão.

À banca, composta pelas Dra. Rosalina Tavares e Dra. Jacqueline Costa, pelas contribuições, críticas e sugestões, dadas na qualificação, que permitiram uma boa organização do trabalho, maior rudimento teórico, análise e compreensão das questões pertinentes ao ensino.

Aos Professores (as) doutores (as) de graduação pelos conhecimentos transmitidos, que me permitiram ir transformando o meu conhecimento do contexto de investigação, em especial: Bas'Illele Malomalo, Carla Suzana, Carlos Subuhana, Eliane Barbosa, Hugo Silvestre, Lourenço Cá, Maria Aparecida, Roménia, Rosalina, Clebia Freitas, Samia Maluf, Sandra Callado e Vilma Faria. Agradeço por me terem ajudado a adquirir novos saberes e, sobretudo, a nunca deixar de questionar aquilo que desconheço. Quero dizer-vos: Vocês vivem no meu coração. Gratidão!

Aos companheiros de jornada\luta: Adline, Aniria, Bernalize, Cicley, Cinthia, Cristina, F.Caiave, Hugueth, Jefferson, Julio, Jorge, Nay, Paulinha, Pereira, Paulino Lopes, Raquel, Vânia, Zideine. Agradeço todo o apoio e colaboração a mim por vós prestado. Aos amores: Ana ramos, Ariclens, Armando Pedro, Cecilia, Deoclidia, Edwilker Dombolo, Efigénio, Iliamante, Jesyca, Marcos Paulo, Madrinha Suzy, Maira, Melita, Maura, Livia, Pedro Hugo, Perpétua, Priscila, Rosa, Ruth, Rossana, Simony, Solange Natal, Tonia, Valeria, Vicelson, Yoroslav. Muitíssimo obrigada!

À Universidade UNILAB e a todos servidores em geral, em especial o ICSA por tudo que tem feito pelo curso. Com profundo reconhecimento, enalteço todas aquelas pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que este trabalho chegasse até ao fim.

**Meus muitíssimos obrigados e que Deus abençoe e proteja a todos (as). «NgaSakidila»**

## RESUMO

A educação deve ser vista não apenas como um meio para o desenvolvimento humano, mas também como um instrumento que, em conjunto com outros, favorece as transformações sociais. Por essa razão, as políticas de educação, a depender da forma como são implementadas, podem potencializar o desenvolvimento de um país. O presente trabalho se propõe a uma reflexão e análise do sistema educacional angolano, observando três momentos, que são: antes da colonização, durante e pós-dependência. Seu objetivo foi analisar se os programas e políticas públicas de educação do currículo básico foram concebidos e implementados como instrumentos para o desenvolvimento do país. Parte da lógica de que desenvolvimento não deve ser medido apenas a partir da dimensão econômica, mas deve ser tido como um fenômeno multidimensional, que inclui entre seus determinantes a educação. Para alcançar esse objetivo, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa, que se valeu de dois métodos de pesquisa, quais sejam, a bibliográfica e documental. Os resultados da análise documental apontam que embora o Estado angolano, tenha sido capaz de formular as diretrizes políticas educacionais que respondem às necessidades do país, foi pouco capaz de implementar o que foi traçado. O trabalho termina apontando a necessidade de o Estado priorizar mais o setor educacional, pois a educação é um mecanismo fundamental para obter desenvolvimento e liberdade.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Educação básica. Políticas Públicas. Qualidade na educação, Angola.

## ABSTRACT

Education must be seen not only as a means for human development, but also as an instrument that, together with others, favors social change. For this reason, the education policies, depending on how they are implemented, can enhance the development of a country. The present work proposes a reflection and analysis of the angolan educational system, observing three moments, which are: before colonization, during and post-independence. Its objective was to analyze if the programs and public policies of education in the basic curriculum were conceived and implemented as instruments for the development of the country. Part of the logic is, that development should not be measured only from the economic dimension, but should be seen as a multidimensional phenomenon, which includes education. To reach this goal, we used a qualitative methodological approach, which used two methods of research, namely, bibliographical and documentary. The results of the documentary analysis show that, although the angolan state has been able to formulate the educational policy guidelines that respond to the needs of the country, they were only able implement a small portion of what was initially designed. The work ends by pointing out the need for the state to prioritize the education sector, since education is a fundamental mechanism for achieving development and freedom.

**Keywords:** Development. Basic education. Public policies. Quality in education. Angola.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### MAPAS

<b>Mapa 1-</b> Mapa da África.....	34
<b>Mapa 2-</b> Mapa de Angola.....	35
<b>Mapa 3-</b> Mapa da Diversidade em Angola.....	36

### QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Conceito de Políticas Públicas.....	22
<b>Quadro 2-</b> Línguas Nacionais.....	37
<b>Quadro 3-</b> Programas de Políticas Públicas na Educação.....	42
<b>Quadro 4-</b> Índice de Alfabetização nos PALOP.....	47
<b>Quadro 5-</b> Acesso Escolar pós-independência.....	54

### TABELA:

<b>Tabela 1 -</b> Ensino Fundamental no Brasil.....	27
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**BIRD** - Banco Mundial

**CNA** - Comissão Nacional de Alfabetização

**EUA** - Estados Unidos da América

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FNLA** - Frente Nacional para a Libertação de Angola

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**MED** - Ministério da Educação

**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola

**OGE** - Orçamento Geral do Estado

**OMC**- Organização Mundial do Comércio

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PALOP** - Países de Língua Oficial Portuguesa

**UNITA** - União Nacional para a Independência Total de Angola

**UPA**- União das Populações de Angola

**UNILAB** - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Metodologia do Trabalho .....	14
1.1.1 Objetivos.....	14
1.1.2 Coleta e análise dos dados .....	15
1.1.3 Desenho da pesquisa.....	16
1.1.4 Contexto .....	16
2 TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	17
2.1 Origens evolução do conceito de desenvolvimento .....	17
2.1.1 Disciplina economia do desenvolvimento.....	18
2.2 Desenvolvimentos como liberdade.....	20
2.2.1 Desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen (2010).....	20
2.3 Políticas públicas .....	22
2.4 Qualidade na Educação .....	23
2.4.1 Fatores primordiais para um sistema de qualidade.....	24
2.4.2 Acesso e Fluxo do Ensino .....	25
2.4.3 Avaliação do Ensino.....	28
2.4.4 Coordenação dos agentes governamentais na política educacional .....	29
2.4.5 Gestão escolar: os gestores e os princípios de gestão escolar .....	32
2.5 Importância do papel dos pais nas escolas .....	34
3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA.....	35
3.1 Angola: geografia, política e desenvolvimento .....	36

3.1.1 Línguas nacionais em Angola.....	
3.1.2 Desenvolvimento das línguas nacionais .....	39
3.1.3 Política e conflitos .....	40
3.2 Políticas de educação em angola .....	42
3.3 Desafios ocorridos .....	44
4 PROCESSO EDUCACIONAL EM ANGOLA .....	46
4.1 Ensino em Angola antes do colonizador .....	46
4.2 Educações em Angola no período colonial .....	47
4.3 Educação pós-independência.....	52
4.3 Políticas do ensino em Angola: Primeira Reforma Curricular Educacional (1975 a 1976)....	52
4.3.2 Políticas do ensino em Angola experiência socialista .....	55
4.4 Novo sistema de educação e ensino: segunda reforma curricular educacional (2003) .....	57
5 RESULTADOS .....	60
5.1 Indicadores da qualidade do sistema educacional de Angola.....	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS .....	69

## INTRODUÇÃO

A presente monografia insere-se no âmbito do trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Administração Pública. O tema é Políticas Públicas de desenvolvimento em Angola, mais concretamente se refere à educação como uma importante política para a ampliação de oportunidades sociais à nação angolana. Para isso, analisou-se o contexto histórico do país, focando no período da luta pela independência e o seu desdobramento na fase pós-independência, tratando de questões da organização do processo educacional, políticas públicas de mudanças, o seu desenvolvimento e abrangência das respectivas reformas. Seu propósito é analisar, se os programas e políticas públicas de educação do currículo básico foram concebidos e implementados como instrumentos para o desenvolvimento do país. Parte da lógica de que desenvolvimento não deve ser medido apenas a partir da dimensão econômica, mas deve ser tido como um fenômeno multidimensional, que inclui entre seus determinantes a educação (SEN, 2010).

Neste trabalho foram analisados os dois currículos mais importantes da reforma educacional de Angola. O primeiro foi o de 1975, caracterizando um momento pós-independência do país. O segundo currículo é a reforma de 2003, que surgiu depois da guerra civil, ou seja, representando o tempo de paz. A nova proposta curricular constitui um componente fundamental da reforma do sistema educativo, concitando necessárias lógicas expectativas por parte, não apenas de quantos, direta ou indiretamente, se encontram envolvidos no processo educacional, mas também de vários sectores da sociedade angolana. A decisão fundamental de uma reforma curricular justifica em si o demorado processo da sua concepção e do seu desenvolvimento, ou seja, da sua experimentação como veremos a seguir:

A Lei de Bases do Sistema de Educação fixa um quadro de referências que define as finalidades educacionais e as orientações básicas para a configuração da estrutura e organização escolares. A partir da Lei de Bases do Sistema de Educação, foi elaborada a proposta de reorganização dos Planos de Estudos do Ensino Primário, o que deu início ao trabalho de pesquisa, auscultação, reflexão e ordenamento de projetos, com a participação de intervenientes de diversas instituições educativas e não só, como adiante se refere (MED, 2003).

A decisão pela escolha deste tema está relacionada com o contexto em que o país se encontra atualmente, tanto no âmbito político, social, como no educacional. Durante muitos anos, a desculpa do atraso no desenvolvimento e na educação foi à guerra civil. Dessa forma é do nosso interesse analisar os avanços e melhorias, no o sistema educacional angolano,

verificados nos períodos pós-guerra, isto é, em tempos de paz. Porém, muitos fatos registram carências nos setores mais importantes de uma nação, assim sendo, entendemos que a nova conjuntura política e socioeconômica em que o país se encontra apresenta uma necessidade premente de solução dos problemas fundamentais nas áreas de educação, de saúde e de saneamento básico, como também, na superação silenciosa dos problemas de violência contra a dignidade humana (ROCHA, 2010).

Todavia, é preciso não desconsiderar o entendimento do processo de que resultam estes problemas, isto é, saber que estes são também frutos das relações políticas e sociais construídas durante a guerra civil (1975-2002), das intervenções externas geradas em parte, pelas disputas ideológicas da guerra fria em defesa dos interesses da minoria, o que inviabilizou qualquer tentativa de formação política por parte dos movimentos nacionais como adiante se apurará (FERNANDES, 2002).

Amartya Sen (2010), uma importante referência para o presente trabalho, traz-nos uma nova forma de pensar o desenvolvimento, partindo da perspectiva da liberdade, que é tida como fator crucial no desenvolvimento de uma sociedade. O autor argumenta que o desenvolvimento do BIP é importante, mas que o maior foco deve estar no ser humano, o que significa dizer que o Estado deve garantir oportunidades econômicas, liberdades políticas e condições eficientes com finalidade de possibilitar saúde, educação e incentivo. Não existe uma única definição de desenvolvimento. O conceito vem evoluindo ao longo do tempo, variando de acordo com o contexto e lugar, como adiante será mostrado.

Políticas Públicas também foram abordadas, de forma a compreender o conceito e o que dever ser implementado como política de educação<sup>1</sup> em prol da qualidade<sup>2</sup> do ensino e dos fatores que possam contribuir para um sistema eficiente.

O presente trabalho está estruturado em mais quatro partes, além desta introdução e das considerações finais, conforme indicado em seguida:

---

<sup>1</sup>[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (Paulo Freire, 2003, p.47).

<sup>2</sup>A necessidade de entender a educação como um processo para o desenvolvimento leva muitos países a cometerem certos erros, pois para obter êxitos deve-se investir e promover ambiente favorável para proporcionar qualidade e êxito.

O segundo capítulo é teórico e nele serão discutidas teorias sobre o desenvolvimento, apoiando-se na ideia de que é um conceito multidimensional, sendo mais do que mero crescimento econômico. Busca-se estabelecer uma relação entre crescimento econômico e desenvolvimento educacional como condições para o progresso da vida social. Nesse capítulo também serão revisadas teorias sobre políticas públicas, com ênfase na literatura que trata da qualidade no ensino.

No terceiro capítulo trazemos o contexto histórico e social de Angola, apresentou-se de forma geral o contexto político, social, e aspectos culturais. Também são apresentados os processos educacionais em Angola.

No quarto capítulo buscou-se compreender o contexto geral da educação e as suas perspectivas, buscando as reformas do sistema educacional, suas etapas e implementação para se pudermos compreender seus objetivos. A temática recebeu uma atenção especial porque ela fará uma abordagem sobre a aparição do ensino educacional em Angola até a atualidade, observando as dificuldades, políticas e resoluções.

No quinto capítulo serão apresentadas as discussões, ou seja, uma análise dos sistemas educacionais angolanos à luz da literatura revistas. E por fim, serão apresentadas as considerações finais.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Metodologia do Trabalho**

O objetivo geral do trabalho é analisar se as políticas da educação básica do governo central pós-independência, foram concebidas e implementadas como instrumentos para impulsionar o desenvolvimento em Angola.

Por conseguinte, os objetivos específicos são:

- a) Identificar e descrever os programas educacionais do ensino básico pós-independência;
- b) Compreender as linhas mestres adotado pelo governo central para a política de educação básica;
- c) Averiguar os temas desenvolvimento e políticas de educação, os critérios da avaliação da qualidade do sistema do ensino básico;

- d) Verificar se as políticas educacionais traçadas no currículo foram formuladas e implementadas de modo a contribuir para o desenvolvimento da nação angolana.

### **1.1.2 Coleta e análise dos dados**

Para a elaboração deste trabalho foi usada a combinação de dois métodos, a análise documental e a pesquisa bibliográfica, baseado na abordagem de tipo qualitativo por ser uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes (Gil, 2008), que lançará mão de diversos métodos de pesquisa para o alcance de seus objetivos.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de leitura, resumos, artigos científicos e fichamentos de materiais, com especial atenção ao material em formatos digitais, com identificação das respectivas obras, dos autores e de suas ideias centrais. Essa técnica de pesquisa permite desenvolver investigação a partir de estudos e trabalhos já elaborados por outrem.

A pesquisa documental é aquela que permite a investigar concentrando-se em dados alcançados por meio de documentos que mostram fatos de uma época, obtendo fontes de arquivos, declarações, fotos e etc. desse modo, a pesquisa documental é aquela que nos permite realizar a partir de documentos recentes ou antigos, ela é realizada em fontes como tabelas, relatórios, mapas, arquivos públicos e etc. (SANTOS, 2000).

A pesquisa bibliográfica baseou-se no exame de textos acadêmicos sobre teorias e modelos de desenvolvimento, políticas públicas e políticas educacionais. A partir disso conseguiu-se estruturar de que maneira seria feita a coleta de dados e quais aspectos seriam abordados, para enquadrar as questões supracitadas nos conceitos teóricos e no contexto geral da educação em Angola, em particular na educação e reforma do ensino de base, optou-se pela divisão bipartida do estudo, isto é, uma primeira parte onde se faz o enquadramento teórico e uma segunda onde se apresenta e desenvolve o estudo (SANTOS, 2000).

A presente pesquisa emprega dados bibliográficos com base histórica e contemporânea, bem como dados estatísticos dispostos em tabelas e gráficos, para auxiliar na interpretação das informações, para a realização desta pesquisa, a seleção o material bibliográfico obedeceu ao referencial teórico constituído de literaturas nacionais e estrangeiras, bem como fez uso de documentos oficiais do MED, esses registo consultados

ajudaram na compreensão da trajetória ocorrida em Angola, cujos documentos de partida foram tidos como fontes primárias documentais.

### **1.1.3 Desenho da pesquisa**

O trabalho foi projetado por partes, sendo que, primeiramente, foram feitas análises bibliográfica e revisão de literatura em livros, artigos, teses, jornais, revistas de leitura sobre desenvolvimento e políticas de educação. Como pressuposto básico focou-se na educação, buscando compreender se os programas e políticas públicas de educação básica foram inicialmente concebidos como instrumento que viabiliza o desenvolvimento, mas ao ser implementado este objetivo a proposta inicial não foi alcançada, por estar longe de Angola esses meios foram essenciais para a coleta de informações. A pesquisa aqui apresentada é fundamentada em fontes bibliográficas de diversos autores e documentos oficiais como, por exemplo, os currículos de ensino que são retratados, entre outros documentos propícios. No quinto capítulo, o trabalho apresenta algumas medidas que o Estado pode implementar no sistema educativo, tais como investimento e adoção de iniciativas para promover a autossuficiência no trabalho educacional, como premissas para o desenvolvimento do sistema educativo.

### **1.1.4 Contexto**

Com o intuito de compreender o argumento amplamente utilizado como justificativa para o insucesso na implementação da política de educação básica, buscando entender quais são as reais mudanças que foram e estão sendo feitas de modo a contribuir para o desenvolvendo da nação angolana, o que realmente perdurou e o que mudou.

Apesar de todos os esforços estabelecidos na primeira reforma, desenvolvidos pelo governo o sistema educativo ainda é um problema na sociedade angolana, neste sentido, as questões norteadoras que no percurso do trabalho, procuraremos redarguir as questões que aqui são colocadas, tais como as que constituem o objetivo fundamental da pesquisa são as seguintes: porquê e como o sistema educacional de Angola foi sistematizado e desenvolvido? Como foi estruturado o sistema educacional angolano? Quais foram às dimensões da política educacional, sua eficácia e seus desafios? A reforma está sendo implementada de forma eficiente, respondendo todas as demandas da sociedade Angolana?

Depois de quarenta anos de independência a justificativa de muitos políticos continua sendo a mesma, a guerra ainda é o sustento de certos argumentos, sem ao menos se importar em buscar uma nova história. As pessoas já estão cada vez mais cansadas e o fenômeno da globalização ajuda obter novos pensamentos, buscando reflexões acerca dos diversos problemas do sistema educativo da nação (ZENGO; SABONETE, 2010).

## **2 TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Neste capítulo discorreremos sobre o referencial teórico, no qual vamos discutir diferentes pontos de vista dos autores, ainda, vamos explorar as ideias sobre políticas públicas, desenvolvimento e os embasamentos teóricos educacionais.

### **2.1 Origens evolução do conceito de desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento surgiu na biologia, que o emprega para nomear a evolução dos seres vivos no processo de amadurecimento para o alcance de suas potencialidades genéticas e sociais. Embora o termo só viesse a ser francamente incorporado nas ciências sociais um pouco mais tarde, como veremos a seguir, foi nas últimas décadas do século XVII, com o darwinismo social, que a ideia a ele subjacente tomou corpo nas ciências sociais, significando o movimento de progresso, expansão e crescimento das sociedades. Naquele período também foi reconhecido que nem todas as sociedades, necessariamente, seguiriam as mesmas etapas para alcançar os desenvolvimentos (SANTOS, et al., 2012).

De fato, a partir do século XVII, a ideia de progresso passou a informar ideologias e ações humanas, sendo associado à mudança para melhor. O progresso era visto como um fenômeno que promovia a resolução de diversos problemas sociais, econômicos e políticos, percepção que foi frustrada em momento posterior. Estudos afirmam que no século XX, a ideia de progresso foi perdendo espaço, uma vez que não podia ser empiricamente sustentada. No período pós-guerra, a ideia de progresso foi substituída pela de desenvolvimento que foi acolhida pela teoria econômica no âmbito da, na época, nova subdisciplina denominada economia do desenvolvimento (Heidemann; Salm, 2009).

Até o século XX, e ainda hoje, de acordo com a visão predominante, eram considerados desenvolvidos os países com alto grau de industrialização. Nessa perspectiva,

“desenvolver um país significava, e ainda significa, basicamente, implantar uma economia de mercado que incluía se não a totalidade, pela maior parte de seus cidadãos” (Heidemann; Salm, 2009, p. 33). Nesse cenário, os países são hoje divididos entre os considerados desenvolvidos e aquém em desenvolvimento.

### **2.1.1 Disciplina economia do desenvolvimento**

Foi por meio das ciências econômicas que o conceito de desenvolvimento adentra nas ciências sociais. De uma forma geral, a preocupação com o fenômeno já estava presente nos trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), que indicavam a sua importância para o fortalecimento do sistema capitalista. No entanto, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o status de objeto de pesquisa científica com o início da Economia do Desenvolvimento. Com ela, é edificado todo um alicerce teórico e metodológico para descrever e proporcionar o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária (SANTOS, et al., 2012).

Dedicaram-se à novel disciplina autores latino-americanos da CEPAL<sup>3</sup>, destacaram-se os trabalhos pioneiros de Rosenstein-Rodan (1969) e Ragnar Nurkse (1957), influenciados fundamentalmente pelo conceito de crescimento equilibrado, presente no modelo Harrod-Domar. Walter Rostow (1978) e pelo pensamento anglo-saxão. A vigente disciplina teve muito sucesso em termos de produção bibliográfica e um grande embate social também, que serviu de base para a obstrução de políticas até os anos de 1960. Os teóricos do desenvolvimento voltaram-se para analisar as etapas e meios pelos quais as nações capitalistas pioneiras haviam conseguido alcançar o patamar em que chegaram. O intuito era encontrar soluções aos países subdesenvolvidos, trazendo de volta o debate acerca do papel do Estado nesse processo.

Compreende-se, no entanto, que o conceito de desenvolvimento concebido no campo da economia centra-se na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda

---

<sup>3</sup>“A Cepal tal como fora formulada nos grandes centros, introduz nela modificações, que representarão sua contribuição teórica própria, original, e que tornarão o desenvolvimentismo latino-americano um produto, mas não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento” (MARINI, 1992 apud HIRSCHMAN, 1982, p. 6). Isto posto, o pensamento da CEPAL pode ser considerado parte considerada da tradição crítica ao anseio ortodoxo-conservador, que serviu ao desígnio de difusão da teoria do desenvolvimento, e os limites de seu raciocínio tiveram grande parte um tributo à ligação umbilical que ela não deixou de reter com a teoria do desenvolvimento.

em si a promessa de um maior bem-estar (FURTADO, 1988 apud SANTOS, et al., 2012). Desenvolver é sinônimo de amontoar para depois distribuir, essa visão de desenvolvimento torna-se mais ainda propagada com o surgimento da abordagem neoclássica da economia. Isto posto, em um pequeno tempo viu-se o seu decréscimo no campo teórico e político, Hirschman um dos responsáveis da disciplina, diz que a mesma estava gasta (HIRSCHMAN, 1982).

Foi o nomeadamente no período de crise na disciplina, que ocorreu uma modificação de paradigma do procedimento de concentração de capital em nível global, no que tange às mudanças de padrão tecnológico de produção. Nos anos de 1980, o desenvolvimento volta a ser debatida no âmbito das agências multilaterais, sobretudo do Banco Mundial, discussão que tomou por base temas como a degradação do ambiente e o aumento da fome e da pobreza em nível geral, como também a incapacidade de produzir alimentos para saciar as necessidades da humanidade. A clássica noção de desenvolvimento econômico era limitada, não dava conta da dimensão desses impasses. Assim sendo, a definição de desenvolvimento ficou muito mais ampla do que havia sido antes, tendo suas dimensões sido ampliadas. (HIRSCHMAN, 1982). Passando, o conceito de desenvolvimento a ser construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Para se compreender esses paradigmas é necessária que haja uma análise econômica, política, social e ambiental, como veremos adiante (SANTOS, et al., 2012). De tais críticas, nascem duas propostas de modelo de desenvolvimento que são:

a) O eco desenvolvimento: foi delineado pelos movimentos preservacionistas da natureza que defendem o congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações, liderado pelo clube de Roma. Essa proposta passa a ser conhecida como a tese do crescimento zero (SANTOS, et al., 2012).

b) O desenvolvimento sustentável: teve origem nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983 é criada a com a possibilidade de um crescimento econômico com preservação da natureza, missão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Dela surgiram alguns relatórios sinalizando, esses procedimentos foram incorporados pelo conceito dedesenvolvimento, dando origem a preocupação com outros aspectos como o ambiente e planejamento, sem romper com o modelo de desenvolvimento por crescimento (SANTOS, et al., 2012).

## **2.2 Desenvolvidos como liberdade**

### **2.2.1 Desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen (2010)**

Amartya Sen (2010) nos traz um conceito mais amplo de desenvolvimento, uma vez que considera que o desenvolvimento, não pode ser medido apenas avaliando tomando como parâmetro apenas os fatores de crescimento econômico, isto é, do Produto Interno Bruto, rendas pessoais, avanço tecnológico, modernização e industrialização. Embora todos esses fatores citados sejam importantes e favoreçam de uma forma indireta para a expansão das liberdades humanas, e conseqüentemente, tendem a impulsionar mudanças sociais, o crescimento econômico não pode ser classificado como um fim em si mesmo, de forma que o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades.

Na visão de Sen (2010), o desenvolvimento<sup>4</sup> é o processo de alargamento das liberdades, devendo ser visto como um processo de expansão, em que a sociedade pode usufruir da liberdade reais que as pessoas desfrutam. O autor mostra como o desenvolvimento também depende de outras variáveis aumentando, assim, o conjunto de meios que promovem o processo de desenvolvimento. Diante disso, também aponta, além da estruturação do progresso tecnológico e da modernização social, as disposições econômicas e sociais, como por exemplo: os serviços de saúde, educação, os direitos civis, como liberdade política e a promoção de liberdade substantivas.

O sucesso de uma sociedade deve ser avaliada, segundo a teoria do desenvolvimento como liberdade. Ou seja, é por intermédio das liberdades substantivas que os indivíduos da sociedade desfrutam. Logo, podemos conceituá-la como a liberdade que as pessoas têm de viver do modo como bem desejarem. Isto posto, não se pode avaliar uma sociedade pelas variáveis como renda, porque a liberdade substantiva são os frutos do desenvolvimento, porém a falta de disposições sociais e econômicas, como a educação, serviços de saúde não limitam o desempenho livre dos cidadãos lhes impedindo de se alimentarem e florescerem na medida de suas potencialidades. De maneira inversa, a restrição de uma liberdade específica,

---

<sup>4</sup>Isto é, consista na mudança dos vários tipos de restrições que limitam alternativas e oportunidades das pessoas que procuram principalmente viverem boas condições, pois a realização de cada um depende das oportunidades econômicas e das liberdades políticas, dos poderes sociais, da boa saúde, educação, incentivos e estímulos às suas iniciativas (SEM 2010).

assim como uma privação de liberdade econômica, no nível de pobreza extrema, por exemplo, colabora para a privação de outros tipos de liberdade, como a política ou a social, transformando esse processo uma sequência no qual há influência mutuas e interligadas (SEN, 2010).

Destarte, as liberdades designadas instrumentais são as capacidades elementares como ter condições de evitar privações. Isto é, a força da democracia em ter participação política e liberdade de expressão. Essas podem ser classificadas em: liberdades políticas, econômicas, sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Para o autor, as liberdades instrumentais tipos podem fortalecer umas às outras, estando as seguintes entre as principais liberdades instrumentais:

- Liberdades políticas: diz respeito a liberdade de expressão e eleições livres, ajudam a promover a segurança econômica.
- Oportunidades sociais: diz respeito a forma de serviços de educação e saúde, facilitam a participação econômica.
- Facilidades econômicas: diz respeito a forma de oportunidades de participação no comércio e na produção, podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.

Assim sendo, tudo isso pode ser facilitado pelas políticas públicas, como também essas políticas podem ser influenciadas pelo uso efetivo das habilidades participativas do povo, onde tem que haver uma reação eficiente entre os governantes e a sociedade. O autor estabelece uma nova metodologia para compreensão do processo de desenvolvimento, abrindo uma lógica e coerência absoluta, contudo o desenvolvimento deve ser entendido como um alcance que estabelece a liberdade, de modo que possa vir a ser cada vez mais usufruído pelos indivíduos de uma sociedade (SEN, 2010).

Sen (2010), também enfatiza a importância da educação, na qual os indivíduos podem efetivamente ser influenciados pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas. Logo, tudo isso são indutores do desenvolvimento. A educação está entre os fatores primordiais, pois uma maior segurança, melhor educação e mais liberdade restringiram o crescimento de uma sociedade. Não se pode privar a população, isto acontece pela falta da liberdade básica de sobrevivência que são: alimentos, cuidados de saúde, básico ou água potável e uma educação eficaz, na qual o

cidadão devia ter a liberdade de usufruir com eficiência. No entanto, ter melhor educação e saúde ajuda a obter rendimentos mais elevados.

O desenvolvimento humano é um aliado para uma sociedade eficaz, um país que garante todos cuidados de saúde e educação pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população. Assim sendo, é fundamental investir na educação, dando mecanismos, isto é, incentivos, oportunidades, facilitando os meios de acesso e dar todas as condições possíveis sem esquecer da liberdade ao cidadão de obter conhecimento, formação e desfrutar de tudo com toda emancipação (SEN, 2010).

### **2.3 Políticas públicas**

Como salienta Marta Farah (2013), a política pública consiste em “um conjunto articulado de ações estatais, orientado para a resolução de problemas públicos e para a implantação de projetos de caráter coletivo.” Angola carece de implementação dessas políticas, pois possui muita desigualdade, na qual, é difícil exercer os direitos e deveres do cidadão com facilidade, por causa dos confrontos com a falta de recursos, saúde, educação e moradia. Muitas das vezes, grande parte da governança angolana aparece com soluções gerais e emergências para sanear ou mesmo resolver algumas dificuldades ao invés de efetivar políticas públicas (ZENGO; SABONETE, 2010).

O Estado desempenha um importante papel na sociedade, usando o planejamento, que estabelece as políticas e ações que trarão solução, total ou parcial, para os problemas coletivos enfrentados. (Heidemann; Salm, 2009).

As diversas distinções dadas às políticas públicas proporcionam algumas divergências nos seus conceitos obtidos pelos autores das mesmas, como veremos a seguir:

**Quadro 1 - Conceito de Políticas Públicas**

Autor	Definição de Política e de Política Pública.	Ano
David Easton	A alocação oficial de valores para toda a sociedade.	(1953)
C. Friedrich	É essencial ao conceito de política que contenha uma meta, objetivo ou propósito.	(1963)
H. Lás well	Um programa projetado com metas, valores e práticas.	(1970)
Thomas R. Dye	Política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer.	(2005)

Fonte: HIRSCHMAN, Albert. Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v.25, n.1, 1982. (Quadro organizado pela autora).

A definição de Dye (2005), por ser mais recente apresenta um sentido conformidade como se pode constatar na realidade. De fato, como frisaram Heidemann e Salm (2009, p. 36), “ela estuda e sistematiza o fato político básico assim caracterizado e engloba, portanto, todas as acepções anteriores”. As definições antecedentes, entretanto, são mais limitadas que a de Dye, pois refletem um estado de coisas de jeito prescrito. A definição de política pública inclui dois elementos-chaves que são: ação e intenção, em alguns casos pode haver uma política sem uma intenção formal que se manifeste, mas não haverá de alguma forma uma política eficiente se não existir ação (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 7).

A perspectiva de política pública que considera esses dois elementos sustenta que o caminho para a solução de problemas sociais e coletivos relevantes requer a presença de um Estado comprometido com os interesses coletivos. Na seção seguinte será realizada uma revisão bibliográfica sobre fatores que, segunda a literatura consultada, determinam a qualidade de sistemas educacionais e os argumentos daí advindos permitirão analisar se os programas de educação básica angolanos objetos deste trabalho foram formatados de modo a promover o desenvolvimento do país.

## 2.4 Qualidade na Educação

### 2.4.1 Fatores primordiais para um sistema de qualidade

Segundo Freire (2001), a educação é o processo intermediário, em que os hábitos e valores de uma comunidade são transformados de uma geração para a geração seguinte, na qual as experiências vividas ajudam na formação da educação, trazendo consigo transformação para os indivíduos ao longo do tempo. Dessa forma, o conceito de educação engloba o nível de polidez, civilização e amabilidade que é demonstrada por um indivíduo e sua eficiência de socialização. Para o autor, enquanto educadores a sociedade também é educanda, implicando as atuações diárias no que se refere à política cultural, política de saúde, e a política de educação. Para a realidade de uma nação, não existe educação sem políticas educativas, pois essas têm a função de determinar prioridades, metas, conteúdo e meios. A qualidade da política educacional é avaliada levando em consideração diversos critérios, a literatura consultada, que serviu de fonte para o presente capítulo, destaca cinco elementos que influenciam na da qualidade de ensino, que são fatores relacionados às questões de: acesso, fluxo, avaliação, coordenação e gestão.

A qualidade é um termo para o qual há muitos significados, por isso tem potencial para desencadear consensos falsos, na medida em que é interpretada de diferentes formas, em termos globais a definição de qualidade<sup>5</sup> vem sendo muito utilizada no que tange o método produtivo, sendo bastante recorrente em discursos que focam no aumento de competitividade. Já a qualidade na área de educação também é definida de diversas formas, porque o termo quantidade tem sido o último condicionador da qualidade possível, isto é, a quantidade de escola determina a qualidade de educação que se anseie. Das cinco dimensões da qualidade do ensino, apontadas acima, Oliveira e Araújo (2005) se referem às três primeiras como problemas a serem superados para a melhoria do sistema educacional brasileiro, conforme destacado abaixo:

- Um primeiro, relacionado ao acesso, que é condicionado pela oferta insuficiente das oportunidades de escolarização;
- Um segundo, relacionado à ideia de fluxo ao longo do ensino fundamental;
- E, finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante a avaliação baseados em testes padronizados.

---

<sup>5</sup> Chegar a uma noção perfeita de qualidade de ensino é dificultoso, pois até os especialistas aceitam essa dificuldade (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

O problema da qualidade na educação é uma preocupação mundial que foi progressivamente se tornando central no debate educacional. A partir da década de 1940, no Brasil ocorreu um processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização da população. Foram incorporadas parcelas da população que antes não tinham acesso à educação e cujas experiências culturais eram diferentes daqueles que antes constituíam o grupo de usuários da escola, aguçando os problemas relativos àquelas três variáveis (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005), como passamos a descrever nas seções que seguem.

#### **2.4.2 Acesso e Fluxo do Ensino**

O Brasil chegou a alcançar o nível de escolaridade obrigatória, como ocorreu em diversos países da Europa, no início da segunda metade do século XX, causando a aderência da educação formal a quase a totalidade das pessoas com idade certa. Porém, também existem regiões que carecem de vagas, visto que a distribuição destas no território não é regular. Uma ampliação de acesso nessas proporções, certamente influenciou negativamente na qualidade do serviço ofertado. Mesmo diante disso, não existem debates de carácter sólido sobre o melhoramento da qualidade do ensino ministrado pelas escolas públicas no Brasil. Os políticos ressaltam a importância da construção das escolas para todos os cidadãos e, nesse início, a universalização do acesso foi considerada uma característica que qualificava de modo muito positivo a política de educação. Naquele momento, não foi dedicada, porém, atenção a qualidade de ensino propriamente dito ministrado nessas escolas (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

Dessa foram, a primeira noção de qualidade na educação com a qual a sociedade brasileira conviveu foi a de universalização do acesso, que para muitos significava qualidade como já foi mencionado anteriormente. Mas o acesso não era suficiente para atender a todos, pois o ensino era organizado para acolher aos interesses e expectativas de uma minoria privilegiada. Logo, a definição de qualidade estava focada pela probabilidade ou impossibilidade de acesso. As estatísticas educacionais brasileiras demonstram, por exemplo, que nos anos de 1920 mais de 60% da população brasileira era de iletrados. Com a quase globalização do acesso à etapa obrigatória de escolarização, bem como dos repelidos episódios trazidos pela imprensa e vividos no escolar quanto aos alunos que estão na escola, mas não se apropriam do mínimo indispensável para viver em sociedade, parece que um enorme desafio do momento histórico atual, no que diz respeito ao direito à educação,

fazendo que ela se torne garantia efetiva por meio de capacidades de universalização do acesso e da estadia a fim de se obter um conhecimento enriquecedor no ponto de vista, social, político e humano (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

No final dos anos de 1970 e 1980, um segundo indicador de qualidade foi integrado ao debate educacional no Brasil, a comparação entre as entradas e saídas de estudantes no sistema de ensino, que passou a ser outro fator da medição da qualidade da escola. A comparação era feita pelas entradas e saídas de alunos no sistema de ensino, isto é, se a saída se mostrasse muito pequena em relação à entrada, a escola ou o sistema como um todo teria baixa qualidade. Podemos notar que o método de avaliação se baseava em uma política pouco focada de expansão da escolarização. Destarte, houve necessidade de promover ciclos e programas de aceleração de aprendizado inicialmente por causa da falta de qualidade, evitando os mecanismos internos de seletividade escolar que consistiam basicamente na reprovação e na exclusão como evasão. “Na verdade, o seu grande impacto observa-se nos índices utilizados até então para medir a eficiência dos sistemas de ensino, não incidindo diretamente sobre o problema” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 9).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação no Brasil recomenda que o Estado tem o dever de efetivar o direito à educação, garantindo padrões básicos de qualidade de ensino, que têm que ser definidas consoantes à diversidade dos alunos. Destarte, além de vigorar a obrigatoriedade do ensino fundamental para todos, focando as famílias e os indivíduos, mas também imprescindibilidade de oferta por parte do Estado, levando em consideração a obrigação essencial da qualidade no ensino. Todavia, se a legislação brasileira integrou o conceito de qualidade do ensino a partir da Constituição Federal de 1988, essa integração não foi suficiente para determinar de formas razoavelmente precisas em que consistiria, ou quais elementos integrariam, o padrão de qualidade do ensino brasileiro, o que complica bastante o acionamento da justiça em caso de oferta de ensino com má qualidade. Pois então, como salientam os autores Oliveira e Araújo (2005), no trecho citado abaixo, é fundamental compreender os padrões de atendimento no ensino brasileiro, como também as observações sobre alguns aspectos do padrão de qualidade que se deseja para proporcionar direito à educação não apenas do ponto de vista do ingresso):

Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re) produzam mecanismos de diferenciação e de exclusão social. Os aspectos de ordem qualitativa na garantia e efetividade do direito à educação não foram desprezados pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 define como um dos princípios do ensino brasileiro a garantia de padrão de

qualidade (inciso VII, art. 206), estabelece que a União deva garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade (art. 211, parágrafo 1o) e determina vinculação de recursos por esfera administrativa a serem aplicados para a realização dessas finalidades (art. 212), (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 13).

Com as diretrizes elaboradas na Constituição, com a Emenda Constitucional n.º 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei n.º 9394, de 1996, são as leis maiores que regulamentam o atual sistema educacional brasileiro, o sistema de ensino começou a seguir a seguinte ordem (MENEZES, 2001, p. 10):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, cabendo ao Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional.

Além do ensino regular, integram a educação formal: a educação especial, para os portadores de necessidades especiais; a educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciências e à tecnologia, com o objetivo de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O ensino de nível técnico é ministrado de forma independente do ensino médio regular. Este, entretanto, é requisito para a obtenção do diploma de técnico.

O fluxo é definido como número de alunos que progredem ou não dentro de determinado sistema de ensino. Com a eliminação do exame de admissão previsto na lei n. 5.692/71, o acesso formal tornou-se um pouco mais fácil. Logo, surgiu um novo tipo de seletividade que deu início a outro conceito de qualidade, agora relacionado à ideia de fluxo<sup>6</sup>. Para melhor compreensão, segue a Tabela 3, que mostra a diferença nos anos iniciais da série, na qual a percentagem de alunos inscritos no ensino fundamental é maior que o triplo dos inscritos nos anos finais (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

**Tabela 1 – Ensino Fundamental Matrícula inicial de 1ª à 4ª séries e de 5ª à 8ª séries  
(Brasil, 1975-2001)**

---

<sup>6</sup>Na atualidade, diversos pesquisadores têm ressaltado temas da qualidade e do fluxo devem ser tratados de modo integrado, pois, a despeito da melhora na década de 1990, sérios problemas de fluxo ainda continuam e a mudança no fluxo afeta os indicadores de qualidade (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

Matrícula por Série					
Ano	Total	1ª a 4ª série	%	5ª a 8ª série	%
1975	19.549.249	13.924.849	71,2	5.624.400	28,8
1978	18.737.184	13.238.572	71,1	5.408.612	28,9
1979	21.886.805	15.525.047	70,9	6.361.758	29,1
1980	22.598.254	16.089.731	71,2	6.508.523	28,8
1984	24.787.318	17.486.899	70,5	7.300.419	29,5
1985	24.769.359	17.347.314	70,0	7.422.045	30,0
1988	26.734.501	18.462.036	69,1	8.272.465	30,9
1989	27.557.542	18.851.075	68,4	8.706.467	31,6
1993	30.548.879	19.783.273	64,8	10.765.606	35,2
1996	33.131.270	20.027.240	60,4	13.104.030	39,6
1997	34.229.388	20.568.128	60,1	13.661.260	39,9
1998	35.792.554	21.333.330	59,6	14.459.224	40,4
1999	36.170.643	21.013.899	58,1	15.156.744	41,9
2000	35.717.948	20.201.506	56,5	15.516.442	43,5
2001	35.370.016	19.727.684	55,7	15.642.332	44,3
2002	35.150.362	19.380.387	55,1	15.769.975	44,9

Fonte: (BRASIL, 1998 *apud* OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 1).

### 2.4.3 Avaliação do Ensino

Antigamente os políticos não se preocupavam com o processo de avaliação, o foco estava na oferta da educação, sem ao menos verificarem o andamento das coisas. A partir da década de 1990, o Brasil começou a contar com avaliação nacional, que permite acompanhar a qualidade da educação brasileira. No decorrer do tempo, aconteceu a universalização do acesso da população de 7 a 14 anos à escola e melhora significativa no fluxo escolar. Este contexto, aliado ao fato de que a disponibilização de dados da avaliação nacional mostrou de modo nítido a gravidade do problema da qualidade, impeliu diversos pesquisadores a se concentrarem sobre este tema.

Com tudo isso, houve a necessidade de implementar a avaliação<sup>7</sup> de duas formas nas escolas, a primeira concerne na avaliação externa, está foi estabelecida entre os estados e

---

<sup>7</sup>A importância de obter um conjunto de indicadores que autorizam a avaliação não só na qualidade das escolas, mas também a nos sistemas de ensino, com os indicadores frequentemente aceitos nos países europeus, estabelece uma classificação em três categorias: indicador de investimento, de desempenho dentro da realidade

municípios, com a finalidade de melhoria na qualidade da educação no país. A segunda é a avaliação interna da escola que visa o melhoramento do desempenho dos alunos por meio de atuações pedagógicas nas escolas, praticadas por uma equipe da secretaria estadual com base em seus resultados nas avaliações, ligada por três programas que são: Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Educação Básica (PROEB). Para a construção de um padrão coordenador, mecanismos foram criados com o propósito de redistribuir recursos indução financeira para adoção de determinados programas, diretrizes e regulamentação dos sistemas de avaliação e informação nacionais. Com esses programas se obteve diversas mudanças, tornando o sistema de avaliação mais eficaz e produtivo (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

#### **2.4.4 Coordenação dos agentes governamentais na política educacional**

No Brasil com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, as políticas sociais passaram a se orientar por três objetivos que são: a expansão e universalização do acesso aos serviços públicos, a descentralização, particularmente da implementação das políticas, e a criação de sistemas de políticas públicas, cujo modelo de referência é o Sistema Único de Saúde, que busca articular e coordenar a ação dos entes federados, como destaca o autor: “Essa última tarefa tem sido a mais complexa de todas, envolvendo intrincadas negociações entre a União, estados e municípios, com diferentes graus de sucesso entre os setores” (SANO. Et al, 2010 apud SEGATTO; ABRUCIO, 2016).

A política de educação também passou por essas mudanças, e nela o tema da coordenação federativa, embora presente na Constituição por meio do conceito de regime de colaboração, teve um impulso maior somente a partir de 1995. Nesse período, a atuação do governo federal como coordenador da política foi fortalecida, processo que teve continuidade e foi ampliado no Governo Lula. Para constituir esse novo padrão coordenador, foram criados mecanismos de redistribuição de recursos, indução financeira para adoção de determinados programas, diretrizes e regulamentação e de sistemas de avaliação e informação nacionais (SEGATTO; ABRUCIO, 2016, p. 3).

Essas modificações tornaram mais complexas as relações intergovernamentais na educação, com maior ativismo da União e aumento da participação dos municípios na provisão da política. Essas transformações fortaleceram mais as relações intergovernamentais na educação, na qual a União obteve mais ativismo que resultou o aumento da participação dos municípios no fornecimento das políticas, porém os estados permanecem com um papel

---

educativa e de sucesso ou fracasso escolar, e isso é fundamental para o sistema educativo (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

central, porque possuem maior articulação com os governos locais. Mas, existem diferentes maneiras de atuação, pois alguns estados elaboram programas com os municípios e outros optam por fóruns federativos, mas, na maioria das vezes não há coordenação (SEGATTO; ABRUCIO, 2016).

No entanto, as relações entre as partes constitutivas da federação, chamadas de relações intergovernamentais podem ser definidas como uma forma particular de estado que envolve extensiva e contínua relação entre o governo federal e os governos subnacionais, essa ligação presume negociação e permutas na formulação e implementação de políticas públicas. Isto é, se refere à existência de descentralização de competências entre o governo federal e os governos subnacionais. O federalismo, portanto, modifica a autoridade e o modo como as políticas são formuladas e implementadas (SEGATTO; ABRUCIO, 2016).

A Federação brasileira hoje se encontra muito mais equilibrada no que se refere à divisão dos poderes e recursos entre os níveis de governo em comparação ao regime militar, graças a Constituição de 1988, que ressaltou a importância da União no que diz respeito a competências materiais e legislativas, além de ter ressaltado o papel de coordenação federal muito importante no combate às desigualdades territoriais e indução de ações no plano subnacional. Assim sendo, esse papel do governo federal tornou-se mais importante com a transformação dos municípios em entes federativos. Porém, dessa também ocorreram uma duplicidade de redes, que somou no decorrer da história, uma falta de coordenação entre as redes de ensino em um ambiente de desigualdades nas regiões do país (CURY, 2007 apud SEGATTO; ABRUCIO, 2016), como destacaram os autores:

[...] e aumentou as fontes de financiamento com o intuito de ampliar a cobertura escolar, pelo menos do ensino fundamental. O artigo 212 definiu que caberia à União aplicar percentual mínimo de 18% em educação, ao passo que estados e municípios teriam de gastar ao menos 25% de suas receitas. O segundo parâmetro foi a democratização da gestão estatal, visando aumentar a participação dos atores educacionais no processo decisório, seguindo, em grandes linhas, o que fora proposto em outras áreas sociais, mormente na ideia de Conselhos de Políticas Públicas. Outra referência constitucional foi o ideal de profissionalização da burocracia, que teve como prioridade realizar concursos públicos e construir carreiras nas principais atividades do Estado como provedor de serviços públicos (SEGATTO; ABRUCIO, 2016, p. 8).

Assim, a última Constituição do Brasil possibilitou a criação de mecanismos de coordenação para as políticas educacionais. Tais mecanismos se fundamentam na noção de

que o governo federal<sup>8</sup> assume a liderança do processo, instituindo subsídios e outras formas de incentivos, tanto técnico ou mesmo financeiro, que induzam municípios e estados a aceitarem as diretrizes estabelecidas pelo governo federal, resultando um regime de cooperação. Diante disso, alguns avanços têm sido obtidos na área da educação. Ressalta-se, no entanto, que a descentralização não garante o sucesso, tendo, logo no início, aumentado a desigualdade de acesso não alcançando a sua meta que era de expandir o ensino. No decorrer do tempo o governo federal criou medidas buscando a resolução desses problemas, embora não se tenha chegado a solução definitiva se verifique a persistência de diversas questões, a política educacional confirma a ideia de que o governo federal passou a ter um papel de coordenador na federação brasileira, como ressaltaram os autores abaixo mencionados:

A política educacional corrobora a ideia de que o governo federal passou a ter um papel de coordenador na Federação brasileira a partir dessa data. Houve mudanças na redistribuição de recursos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)<sup>9</sup>; nas transferências federais, que antes eram realizadas de maneira clientelista e passaram a ser baseadas em determinados critérios, e alguns programas, que então passaram a descentralizar os recursos às escolas; na regulamentação federal e na formulação de diretrizes nacionais, com a e o Plano Nacional de Educação; nos sistemas de avaliação e informação, por meio do Sistema de Avaliação (ABRUCIO; SEGATTO, 2016, p. 9).

Deve-se observar que embora tenham sido utilizadas teorias sobre a coordenação tomando em consideração o sistema educacional do Brasil, um país federativo, a discussão é também importante para Angola, um país unitário. Primeiro porque, país está implementado uma política de descentralização administrativa, instituindo municipalidades. Assim, para o caso de Angola, a preocupação com a questão da coordenação da política educacional implicará adotar mecanismos que garantam que as municipalidades sejam capazes de implementar a política do modo como foi desenhada pelo governo central. Argumentamos ainda que, a discussão sobre coordenação também é importante para o país, quando se reconhece que há uma variedade de atores internacionais atuando em seu sistema educacional, havendo necessidade de se planejar a coordenação entre eles para que a política alcance seus objetivos (ABRUCIO; SEGATTO, 2016).

---

<sup>8</sup>O governo federal aprofundou sua atuação na coordenação federativa durante o Governo Lula, conforme. Na educação, essa participação ocorreu por meio de vários programas e ações que buscaram redistribuir recursos ou aumentar a articulação entre os níveis de governo mediante uma norma federal. Nessa linha, podem ser citados como casos de coordenação federal a criação do Plano de Ações Articuladas, do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, da Prova Brasil, da Provinha Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (SEGATTO; ABRUCIO, 2016).

<sup>9</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

#### **2.4.5 Gestão escolar: os gestores e os princípios de gestão escolar**

O debate sobre o tema da qualidade da educação brasileira não é novo, ao longo dos anos o governo vem traçando metas em prol da melhoria do ensino no país. Nos anos passados, no âmbito legislativo, a gestão era marcada pela participação ativa do MEC no processo de tramitação e aprovação da LDB<sup>10</sup> e da reforma constitucional que abriu espaço para novo arranjo institucional relativo ao financiamento do ensino fundamental. Assim, diversas mudanças ocorreram, a democratização das escolas renovou os aspectos, reagindo contra o favoritismo associado à indicação política para a direção das escolas quanto a lógica técnica que predefinidos os cargos de administração e supervisão escolar careciam de ser exercidos pelos profissionais formados em cursos de pedagogia. “Ainda que o aspecto da democratização da gestão da escola envolvesse diversas dimensões, é indispensável reconhecer que o tema da eleição de diretores tinha papel central nesta área” (PARO, 1988 apud FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

A escola pode ser definida como uma organização complexa que pode ser pensada, em parte, pelos mesmos requisitos de outras, inclusive privadas, mas ela se assemelha mais às organizações que não têm fins lucrativos e às governamentais. Assim sendo, a eficiência, eficácia e efetividade são critérios fundamentais que devem ser aplicados nas unidades escolares, sem danificar os seus fins. Ou seja, é importante conciliar tais critérios a objetivos públicos, além disso, outros balizadores como equidade e ética pública (PRZEWORSKI, 1998 apud ABRUCIO; VARGAS, 2010).

O Diretor sendo o principal gestor da escola<sup>11</sup> é o mais afetado pela complexidade da organização escolar, logo, ele tem de estabelecer uma ligação com os quatros tipos de princípios ou competências que são: conhecimentos específicos à Educação; o relacionamento interpessoal com a comunidade interna, em especial com os professores e alunos; a capacidade de ganhar confiança e atrair a comunidade externa, principalmente os pais; e habilidades em gestão. Para haver sucesso na gestão é fundamental que sejam evitadas duas

---

<sup>10</sup>Lei de Diretrizes e Bases.

<sup>11</sup>A autonomia docente e de unidades escolares: alinhada com a idéia de democracia na escola e com o conseqüente maior protagonismo docente, enfatiza-se o papel ativo do professor, tanto como agente da democratização da escola quanto como criador de soluções originais para os problemas pedagógicos (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

visões extremas que são: a de ignorar a necessidade de os gestores escolares conhecerem e desenvolverem ferramentas de gestão, e a de acreditar que basta implantar um modelo gerencial trazido de outro país, de qualquer grande empresa, trazendo junto um diretor com perfil de gerente, que serão resolvidos os problemas das escolas (ABRUCIO; VARGAS, 2010).

A qualidade do corpo de gestores está adjunta à formação inicial dos diretores e a qualidade de formação. A liderança positiva do diretor está igualmente ligada à capacidade de integrar as várias partes e atividades que envolvem o gerenciamento de uma unidade escolar. Para Heloísa Luck (2009), é fundamental que as formas de gestão existentes numa unidade escolar incluam as seguintes dimensões: gestão administrativa; gestão financeira; gestão da infraestrutura; gestão do relacionamento com a comunidade; gestão do relacionamento interpessoal na escola; gestão dos resultados escolares; gestão do relacionamento com a rede de ensino; gestão pedagógica ou da aprendizagem. Esses aspectos são de extrema importância, porque é a partir deles que se pode analisar como os gestores lidam com o seu trabalho. Porém, a autora frisa que integrar todos os pontos é uma tarefa difícil em uma organização complexa como uma escola, pois a precariedade dos recursos e na insuficiência na qualificação dos autores envolvidos, muitas das vezes é o que torna tudo mais difícil no sistema público brasileiro (ABRUCIO; VARGAS, 2010).

Contudo, quanto maior articulada e sistêmica a visão do diretor e os resultados acadêmicos serão melhores. Essa eficiência traz consigo melhor formação e atitude empreendedora, mas para isso os diretores necessitam descentralizar algumas funções, visto que não é possível executar todas as tarefas simultaneamente. É importante que haja também repasse de funções, mas para tal é fundamental que os restantes do corpo gestor sejam qualificados, pois a eficiência não depende somente dos diretores, mas do corpo geral, como por exemplo: vice-diretor (a), coordenador (a) pedagógico (a) e assessoria direta, entre os principais postos. Assim sendo, é importante que todos estejam formados em áreas propícias de gestão e tenham conhecimento de seus trabalhos para atingir eficiência e se obter grandes resultados (ABRUCIO; VARGAS, 2010).

## **2.5 Importância do papel dos pais nas escolas**

Os pais têm um grande papel no que tange à educação dos seus filhos, não podemos atribuir a didática somente aos professores, mas os pais devem fazer um controle eficiente dos discentes e das escolas, assim sendo é valoroso que os pais conheçam a escola por dentro, não somente em épocas de festas e provas para saber as notas e avaliações, mas de forma geral. Os pais pela experiência da vida têm muito para contribuir no que tange ao crescimento e desenvolvimento das escolas, trazendo os problemas de casa para os professores entenderem melhor os seus alunos, como também cultivar o diálogo com os encarregados a fim de contribuir para o processo exitoso do estudante e da escola (FREIRE, 2003).

### 3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA

Mapa 1: Mapa da África



<sup>12</sup> Fonte: <http://imperiobantuspovoescravizados.blogspot.com.br/>. Acesso em 10 de maio de 2017.

Angola é o sexto maior país do Continente africano. A África é o terceiro maior continente do mundo, o continente com mais riquezas naturais, mas apresenta baixos indicadores de desenvolvimento econômico, e social sustentáveis. Angola atualmente encontra-se em processo de reconstrução, depois de ter passado por duas guerras longas que causaram danos terríveis, atrasando o progresso e debilitou o povo. Mas, a partir de 2002, com o fim da guerra civil, no presente, políticas públicas têm sido criadas em prol do

<sup>12</sup>Mapa do continente africano dividido em duas partes: África do norte (África Branca) e África Subsaariana (África Negra).

crescimento e capacitação do país, rumo ao desenvolvimento. Porém, não tem sido tão fácil, visto que está passando por um momento de crise econômica, afetando os setores importantes, como educação, saúde e os cofres do Estado. Há necessidade de encontrar formas de melhoramento, a fim de ajudar o Estado a crescer, obtendo novas metas, percursos e meios que serão analisadas, como uma forma de solução (NGULUVE, 2010).

**Mapa 2: Mapa das Províncias de Angola**



<sup>13</sup> Fonte: <https://www.google.com.br/searchq=ww.mapa+de+angola.ao>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

### **3.1 Angola: geografia, política e desenvolvimento**

Para a realização de uma análise do contexto geral de Angola requer necessariamente a distinguir os aspectos, sociais, culturais, educacionais e socioeconômicos, a partir de uma perspectiva histórica, visto que para compreender o presente é necessário saber o passado, de forma a entender o resultado da trajetória política, ou melhor, perceber o que é Angola hoje, com o intuito de promover fundamentos para a edificação sólida e eficientes às unidades, sociais e políticas do país (ROCHA, 2010).

---

<sup>13</sup> Mapa de Angola e suas respectivas províncias. Província significa estado.

Angola é um país situado na África Austral, isto é, localizado ao sul do continente africano, ocupa uma extensão territorial de 1.246.700km<sup>2</sup>, dividido por 18 províncias<sup>14</sup>(ver Mapa 2, acima),com uma população estimada em 25 milhões de habitantes (estimativa 2014). O clima de Angola é caracterizado pela existência de duas estações: a época chuvosa e quente e a época seca e fria. Faz fronteira com cinco países: ao norte, a República Democrática do Congo e a República do Congo; ao leste, a Zâmbia e o Zimbabué e ao sul a Namíbia. De norte ao sul, no Oeste, está o oceano Atlântico. Por ser uma sociedade heterogênea que resultou de diversos movimentos migratórios sucessivos que ocorreram nesse território, essa variedade tem representado um desafio no que tange a construção de uma identidade nacional, inúmeras tentativas de unificação não tiveram sucessos desde o tempo colonial até os dias de hoje, pois são diversas culturas<sup>15</sup>, línguas unidas em uma única nação (ROCHA, 2010).

**Mapa 3: Mapa da Diversidade e Riquezas Naturais de Angola**



<https://www.google.com.br/searchq=ww.mapa+de+angola.ao>. Acesso em: 10de maio de 2017.

<sup>15</sup>Uma das grandes mais-valias de Angola é sem dúvida a sua cultura em todas as suas manifestações, essa cultura é composta por ritmos, alegria e a nobreza de diversas etnias que compõem a nação angolana. As músicas nacionais traduzem o renascer da esperança, pois há muitos anos atrás, era cantada para expressar a esperança da liberdade. Hoje essas transmitem paz, amor, liberdade e um sonho de alcançar novos patamares de um país melhor, diversos ritmos compõem os sons de Angola como, por exemplo: Kizomba, Kuduro, Rebita, Semba e etc. (ROCHA, 2010).

### 3.1.1 Línguas nacionais em Angola

Na atual Angola, podemos encontrar partes de territórios de dez povos que residiam na África Subsaariana, a unificação desses povos foi feita na base da imposição, pois as tribos que lá residiam praticavam a agricultura e a pecuária como trabalho e auto sustento. Esta região outrora, foi dividida em reinos de: Bailundo; Chingolo; Chiyaka; Congo; Kassanje; Matamba; Ndongo e Ndula. Atualmente. O país é dividido em dezoito Províncias com características étnicas-linguísticas bem distintas e distribuídas nas seguintes Províncias:

- Bié, Huambo, Kwanza-sul, Benguela, Lubango e Namibe: povos Umbundu;
- Cabinda: povos Fiote;
- Cunene: povos Kwanhama;
- KuandoKubango: os povos Ngangela;
- Malanje, Kuanza-Norte, Bengo e Luanda: povos Kimbundu;
- Moxico, Lunda-Sul e Lunda-Norte: povos Tchokwe;
- Zaire e Uíge: povos Kicongo.

A língua Umbundo é a língua<sup>16</sup> nacional mais falada em todo país, por consequência das guerras muitos ovimbundo fugiram de suas localidades, emigrando para outrem, levando consigo, cultura e língua para outros lugares de Angola, aumentando o número elevadíssimo de falante do Umbundo. No que tange a representação, contiguamente a quarta parte da população fala kimbundo, focando as zonas centro e norte, essa língua também levou muitas palavras de língua portuguesa, importando dos mesmos também diversos vocabulários. Por outro lado, o Quicongo é uma língua que é muito falada no norte do país com uma concentração forte dos Bakongos, língua do antigo reino do Conto que possui diversos dialetos, visto que muitos angolanos foram emigrar no Congo procurando melhores condições de vida por causa da guerra, depois com a conquista da paz voltaram, instalando-se com um núcleo e novos costumes. Os chócues encontram-se numa região o leste do país, essa língua é falada também por uma pequena parte da população ao sul do país, que se designa pelo termo Ganguela (FERNANDES; NTONDO, 2002).

---

<sup>16</sup>O português sendo a língua oficial da República de Angola não é língua materna para todos os habitantes, visto que a maioria dos indivíduos têm como primeira língua a de suas matrizes, isso vale principalmente para as pessoas que vivem nos interiores das províncias. São cerca de 50 variações de línguas, das quais 20 se destinam nacionais, restando cerca de 30 dialetos (FERNANDES e NTONDO, 2002).

**Quadro 2 - Línguas Nacionais**

Povos /Etnias	Línguas	Percentagem
Ovimbundu	Umbundu	37%
Ambundu	Kimbundu	25%
Bakongo	Kicongo	13%
Ambundu e Ovimbundo (combinados)	Ovimbundu	62%
Mestiços (mistura de europeus e africanos)	Diversas	2 %
Estrangeiros (chineses e europeus)	Português	2,4%

Fonte: Fernandes; Ntondo, 2002. (Quadro adaptado pela autora)

### 3.1.2 Desenvolvimento das línguas nacionais

Antes da independência de Angola, as línguas nacionais eram chamadas de indígenas, havia uma necessidade de compreensão, o Português queria que a sua língua se estendesse por todo país e a língua nacional se erradicasse, mas isso não aconteceu, porque a língua portuguesa não conseguiu fixar-se em toda extensão, por causa da pouca utilização. Com a conquista da independência, algumas línguas se tornaram nacionais e a população tornou-se novamente livre para utilizá-las. No decorrer do tempo aumentou a necessidade de valorizar tais idiomas, o Instituto de Língua Nacionais de Angola fixou regulamentos ortográficos dos idiomas nacionais, focando na fonética, fonologia, morfologia, semântica e etc. Neste mesmo âmbito, estudos são feitos até hoje, com intuito de elaborar utensílios didáticos, para aplicação das línguas nacionais nas escolas principalmente no ensino primário em simultâneo com a língua portuguesa<sup>17</sup> (FERNANDES; NTONDO, 2002).

Com a implementação do novo Estado, o português foi reforçado, sendo o foco de uso nos sistemas educacionais, administrativo e nos meios de comunicação, o que significa dizer que a língua portuguesa foi escolhida como língua unificadora, isto é, língua do ensino que é chamada também de oficial. É fácil observar que a eleita língua oficial encontra-se em transformação, além de também exibir um papel transformador, pois o contato com as línguas nacionais a transforma, sofrendo modificações como resultado desse mesmo contato. Verifica-se assim, a emergência de novas palavras e expressões, que dão nova vinculação à realidade angolana. (FERNANDES; NTONDO, 2002).

<sup>17</sup> É a língua unificadora. Isto é, a única falada por todo país.

### 3.1.3 Política e conflitos

A primeira guerra que ocorreu em Angola foi a colonial, onde o povo ficou exaltado e lutou pela sua liberdade, mas infelizmente ocorreu outra guerra civil, ocorrida entre o ano de 1975 a 2002, o primeiro ano da guerra civil formou separação e discórdias, mas os outros foram de conflitos graves que causaram uma boa parte da destruição do território nacional. No século XV, os portugueses começaram uma rivalidade contra os nativos, porque tinham a finalidade de ampliar o seu império. Em 1576 os colonizadores fundaram a cidade de Luanda<sup>18</sup>, e em 1617 é fundada Benguela, uma grande província ao sul de Angola. Essas duas localidades serviam de base para a comercialização de escravos. “Estima-se que dez mil africanos eram exportados anualmente só de Angola e entre os séculos XVI e XIX cerca de 3 milhões foram mandados ao Brasil. A ação dos portugueses, por quase cinco séculos, resultou na configuração atual do território de Angola”, sendo Angola, bem como as demais nações africanas, uma criação do colonialismo europeu.(ZENGO; SABONETE, 2010).

De acordo com (ZENGO; SABONETE, 2010), naquela altura o continente africano vivia na base da disputa, todas as potências estavam na perseguição havendo problemas entre si, com tudo isso houve a necessidade de partilha, que ocorreu em 1884-1885, na Conferência de Berlim, onde foram definidos os países, sem ao menos respeitar as tribos e os povos locais, só foram levadas em consideração a ambição das potências que estavam a dominar a África. Angola no ano de 1951 se tornou província de Portugal, causando inquietação do povo, assim sendo, a partir de 1961 os conflitos armados organizados pela UPA - União dos Povos Angolanos começam a dar os seus primeiros passos, porém com as discórdias ideológicas, surgem três grupos anticoloniais:

- O Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA<sup>19</sup>;
- A Frente Nacional para a Libertação de Angola – FNLA;
- União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA.

Depois de tantas revoltas em 1974, o governo instalado em Portugal, após a Revolução dos Cravos, os nativos decidiram se manifestar com mais força, criando um plano de descolonização, este processo aconteceu com eficiência e Angola no ano seguinte com a saída de Portugal se tornou independente em 11 de novembro de 1975 com a proclamação

---

<sup>18</sup> Luanda é atual capital de Angola.

<sup>19</sup> Partido que sempre esteve no poder.

feita pelo MPLA, na pessoa do Dr. António Agostinho Neto. Mas infelizmente os três partidos<sup>20</sup> se desfazem e começam a se enfrentar, dando origem a II terrível guerra que surgiu no fracasso de um tratado. A guerra foi financiada por recursos estrangeiros, a independência acontece no meio de uma guerra entre os partidos, diversos angolanos, principalmente cerca de 30 mil brancos, fugiram do país, passaram a residir no Brasil, Portugal e na África do Sul (ZENGO; SABONETE, 2010).

Com estes acontecimentos imprevistos, o país volta a viver uma situação de divisão, com a presidência nas mãos do MPLA, Dr. Agostinho Neto primeiro presidente de Angola, adotou o regime socialista. O outro partido FNLA alguns dos seus membros são exilados e extingue-se, mas a Unita continua forte, recebendo apoio da África do Sul e dos EUA. Em 1979, Agostinho Neto morreu por causas desconhecidas e José Eduardo dos Santos assume a presidência<sup>21</sup>. Por não haver eleição e por outros diversos problemas Jonas Savimbi presidente da UNITA amplia a guerra e começa as piores destruições no território Angolano. Em 1990 houve uma celebração de acordos de paz entre Angola, Cuba e África do Sul, os cubanos se retiraram de Angola em maio de 1991, o acordo de paz é firmado entre o MPLA e a UNITA, não obstante em setembro de 1992 a guerra continua por falta de confiança de ambas as partes (ZENGO; SABONETE, 2010, p.34).

Com a presença de observadores internacionais é realizada a primeira eleição em Angola. O MPLA saiu vitorioso e José Eduardo dos Santos continuou na presidência. Jonas Savimbi o líder da UNITA, não reconhece a vitória alegando fraude. Em decorrência dessa posição, recomeça a guerra civil. Os EUA deixam de apoiar a UNITA e reconhecem o governo angolano. “No ano de 1994, um novo acordo de paz é celebrado entre MPLA e UNITA, o conselho de segurança da ONU cria a III missão de observação do processo de Paz, com o objetivo de monitorar a transição e a desmobilização das tropas” (ZENGO; SABONETE, 2010).

Embora houvesse uma grande dificuldade para desarmar os soldados da UNITA, em 1996 a missão é renovada, obtendo também a união dos soldados dos dois partidos, a fim de formarem apenas um partido, havendo negociação com o presidente da UNITA para que ele

---

<sup>20</sup>O MPLA era composto na sua maioria pela etnia kimbundo, apresentando tendência marxista e era pró-União Soviética. Por seguinte a FNLA, representada em sua maioria pela etnia Bacongo, era anticomunista e apresentava ligações com os EUA e o antigo Zaire. Por último a UNITA, formado predominantemente pela etnia Ovimbundu, também era anticomunista e contava com o apoio da África do Sul que era dominada pelos Britânicos. Os três partidos depois de alguns tempos uniram-se para juntos lutarem em prol da liberdade do Estado, é importante frisar que Angola foi o único país no mundo na qual três partidos se uniram para alcançar a independência.

<sup>21</sup>Continua sendo presidente da República (ZENGO; SABONETE, 2010).

se tornasse vice-presidente do país, mas Savimbe em 1997 se recusa permanecendo nas matas com os seus soldados e dando continuidade à guerra. O exército do MPLA ataca tropas da UNITA que dominava uma região rica ao norte de Angola, causando um clima de estabilidade grave, onde a ONU suspende a retirada de suas forças. Em 1998 a guerra é agravada e só termina em 2002<sup>22</sup> com a morte do líder da UNITA. Iniciadas as negociações com o governo, avança-se no desarmamento desse grupo, que passa a atuar politicamente. Essa breve síntese da história de Angola possibilita o entendimento dos conflitos existentes ainda hoje no país, a diversidade vem se prolongando ao longo dos anos. Tudo isso prejudica a nação angolana, causando problemas na construção da nação (ZENGO; SABONETE, 2010).

### **3.2 Políticas de educação em Angola**

A educação pode ser definida como o ato de educar, de instruir, é polidez em um sentido mais abrangente, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte (CHIVELA, 2013).

Segundo a lei de base do sistema educativo de Angola, a educação constitui um procedimento que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do país, que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas, através de manifestações culturais e gimnodesportivas. O sistema de educação é o conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, com inclinação à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. O sistema de educação assenta-se na Lei Constitucional, no plano nacional e nas experiências acumuladas e adquiridas a nível internacional (MED, 2013).

Desde a independência, Angola tem buscado implantar política públicas para a resolução de diversas problemas sociais, em primeiro lugar as políticas públicas são definidas como um conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos (LYNN, 1980 apud

---

<sup>22</sup>Diversas análises mostram que a guerra civil que durou 27 anos, é um efeito da guerra fria, ou seja, da disputa entre União Soviética e Estados Unidos, vejamos que sem os impactos e sem os recursos externos tudo seria bem diferente. A discórdia entre os povos locais proporcionou a formação de movimentos sociais e políticos antagônicos (JUSTIN, 2007).

ZENGO; SABONETE, 2010). Elas obtêm um interesse geral que podem ser compreendidas também como um modelo estabelecido para alcançá-lo de um objetivo, visando o melhoramento da vida em sociedade, como frisaram os autores:

Cada região, município, localidade e aldeia de Angola tinham a sua própria estrutura da ODP<sup>23</sup>. Ficou difícil distinguir a Administração do Quartel Militar, ou seja, não era possível diferenciar o funcionário civil do militar das FAPLA<sup>24</sup>. A prontidão era constante. Muitos se apresentavam nos seus locais de trabalho fardados e armados. Paralelamente a esse quadro, iniciou-se um amplo trabalho de reconstrução das estruturas destruídas pela guerra recente. Foram nomeadas pessoas para as diversas áreas de desenvolvimento social e econômico. Na área de educação e ensino deu-se início à campanha de alfabetização. Contaram com a presença da famosa Brigada Juvenil de Ensino (ZENGO; SABONETE, 2010, p. 35).

Com a situação local foi necessário criarem políticas públicas para a resolução interna como forma de melhoria da situação que estava ocorrendo, muitos projetos foram criados em diversas áreas.

### Quadro 3 - Programas de Políticas Públicas na Educação

Políticas Públicas: Programas de construção	
Programas	Objetivo
Abertura de campos agropecuários	Melhorar a alimentação
Reestruturação da educação	Educação para todos sem distinção
Artes e Ofícios	Fornecer mobiliários diversos para as escolas, residências e etc.
Agricultura	Alimentação para todos
Projetos de desenvolvimento	Um só povo uma só nação
Saúde	Saúde para todos

<sup>23</sup>Organização de Defesa para o Povo.

<sup>24</sup>As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

Bolsa de estudos para o exterior	Educação para educar
----------------------------------	----------------------

Fonte: Zengo; Sabonete, 2010. (Quadro organizado pela autora).

Todos esses projetos foram iniciais, no decorrer dos tempos, outros projetos surgiram e foram executados com a finalidade de ajudar no desenvolvimento do país. Tudo estava sobre reconstrução, os postos médicos e hospitais eram primordiais, mas havia muito trabalho e a agricultura era um problema, pois muitos campos ainda estavam minados, diversos cargos foram assumidos pelo antigo membro da administração colonial, que não tinham deixado o país e que ajudavam os novos funcionários sem experiências. A nação se tornou uma escola prática de organização e gestão econômico-administrativa, em todas as áreas foram desenvolvidas ações com o objetivo de atender as necessidades da população como abaixo escrito:

[...] a segurança, nesse sentido, tornou-se política pública, consumindo quase todos os esforços do poder público. Embora tenham sido realizadas as ações, a constituição de uma unidade nacional permanece sendo um desafio para o Estado de Angola. Alguns segmentos populacionais continuam apresentando dificuldade em se reconhecerem como membros de uma mesma coletividade, ou seja, de uma comunidade política. Uma vez que essa identificação é um elemento importante para a legitimidade das ações do poder público, a sedimentação de uma unidade nacional é afetada por essa ausência. (ZENGO; SABONETE, 2010, p.35).

Política educacional é o nome concedido a uma série de medidas que foram planejadas e colocadas em práticas por um governo, ela é de extrema importância pois cria acessórios para enaltecer a educação no meio da sociedade. Segundo Paulo Freire (2001) a Política Educacional tem um caráter dialético, problematizado e político, porque propõe o rompimento do pensamento inocente e o despertar para a consciência crítica por meio do chamamento dos atores sociais para enumerar e delinear as necessidades e possibilidade efetiva da universalização da educação. Em Angola, as políticas educacionais têm foco mais específico nas questões escolares, mas sabemos que a educação vai além do ambiente escolar.

### 3.3 Desafios ocorridos

Na construção do país após a guerra, enfrentou-se desafios também na formação de uma comunidade segundo a Constituição da República de Angola de 1975, em geral as políticas públicas se conduzem segundo os princípios da universalidade e equidade no ingresso das ações, conveniências e diretrizes da concentração da gestão, do atendimento e da atuação da sociedade na organização em território nacional. A primeira constituição adotou

objetivamente a modelo seguridade social de forma a garantir a saúde, educação, agricultura social e a previdência como dever do Estado e direito para todos. As políticas públicas se realizam através de atividades institucionalizadas pelo Estado e da ação efetiva de atores sociais que sucedem e preservam os seus segmentos. “Por isso, o andamento dos projetos deve ser acompanhado e fiscalizado pelos moradores locais, que devem participar igualmente da avaliação dos seus impactos sobre a realidade. Dessa forma, a validade e a eficácia da ação do poder público” (ZENGO; SABONETE, 2010, p. 42).

Por conseguinte, o Estado é o lado corporativo das relações de dominação, muitas das vezes o Estado é compreendido como algo que foi criado na falta de algo melhor para assegurar a nossa liberdade. Logo a cidadania<sup>25</sup> traduz-se em direito político, que podem ser vistos como determinadas orientações para a ação do poder público, a legalidade que discernimos no poder exercido sobre nós muita das vezes é o prometimento, proteção e garantia dos nossos direitos de toda a comunidade política. Este direito pode ser entendido por diversas formas, incluindo o próprio conceito de direito que foca a justiça e a igualdade. (ZENGO; SABONETE, 2010, p. 43).

É muito importante perceber a relação entre o governo angolano e os grupos étnicos, pois estes são normalmente isolados e têm uma realidade completamente diferente da dos outros povos que estão mais globalizados, então, para criar uma política pública para esses é necessário respeitar os seus costumes e tradições com a finalidade de contribuir e não de desvalorizar a cultura local. Diversos obstáculos vêm surgido por causa da falta de planejamento e estudo das etnias, nessas localidades existem os Sobas, chamados mais velhos das aldeias que conhecem o seu povo e sabem comunicar-se em Português e nas línguas nativas, estes por sua vez são os representantes das comunidades étnicas com os órgãos governamentais, mas poucas vezes eles são chamados para estudo ou conversação antes da aplicação de uma política pública na localidade, muitas das vezes, somente no momento da aplicação da mesmo é que eles entram em contato e encontram diversos impasses, porque não obtiveram planejamento e diretrizes para a resolução do mesmo (ZENGO; SABONETE, 2010, p. 47).

---

<sup>25</sup>A cidadania nos torna comunidade política, isto posto, a comunidade política tem o direitos e deveres, dentro dessas também existe a necessidade de interpelação crítica dos acontecimentos, com intuito de analisar as ações do Estado na esfera do setor público. Levando em consideração as diversidades étnicas que o país tem, se pode destacar que não são apenas os interesses que fundamentam a política, mas também a necessidade de assegurar o que uma etnia faz não afeta negativamente a outras (ZENGO; SABONETE, 2010, p. 46).

## 4 PROCESSO EDUCACIONAL EM ANGOLA

### 4.1 Ensino em Angola antes do colonizador

No território hoje conhecido como Angola, a educação antes da chegada do colonizador Português, era feita pela oralidade. Isto é, por meio da tradição oral<sup>26</sup> africana, que é integrada por ritos e transmissão de símbolos que sustentam a produção de significados. No continente africano ao norte do Saara, as tradições são diferentes, porque nestes locais a escrita predominou primeiro. Em Angola, que fica na parte sul do continente, a forma mais profunda de transmissão do conhecimento era manifestada por meio da oralidade. Assim sendo, podemos compreender que se tratava de uma educação informal, que era muito valorizada pela antiguidade, uma vez que esse método se mostrava eficaz não apenas para garantir a transmissão de conhecimentos entre as gerações, mas também para garantir um tipo de educação que vai além da educação escolar, visto que permitia uma abordagem mais abrangente e ampla (BÂ, 2010).

A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. As tradições desconcertam o historiador contemporâneo imerso em tão grande número de evidências escritas, vendo-se obrigado, por isso, a desenvolver técnicas de leitura rápida pelo simples fato de bastar à compreensão a repetição dos mesmos dados em diversas mensagens. As tradições requerem um retorno contínuo à fonte (KI'ZERBO, 2010, p.140).

Desde os tempos passados a tradição oral<sup>27</sup> foi importante para os africanos, nela foram repassadas, conhecimentos, histórias, legados, receitas gastronômicas, medicinal e muitas outras coisas. Muitos estudiosos têm trabalhado com as tradições orais, diversos livros surgiram através dos métodos orais que a muito se estende e cresce. A metodologia oral é fundamental na reconstrução do saber, no devido desenvolvimento de uma localidade, muitos pesquisadores estrangeiros escreveram diversos materiais sem nenhum estudo profundo, baseando-se no nada ou no pouco visto e pesquisado, graças à história oral que é repassada de geração a geração, sabemos que existem diversas verdades ocultas, ajudando-nos a conhecer cada vez mais profundo a natureza das tradições e permitindo avaliar melhor as que foram

---

<sup>26</sup>Muitos estudiosos têm trabalhado com tradições orais, pois diversos documentos escritos surgiram de civilização oral em relação ao discurso, assim sendo, existe uma diferença entre uma civilização onde a escrita registou todas as mensagens importantes e outra em que não foram reconhecidas (BÂ, 2010).

<sup>27</sup>Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocução chave. (BÂ, 2010).

recolhidas em épocas anteriores, nos trazendo o verdadeiro olhar da realidade a partir de fontes orais (BÂ, 2010).

Em 1482, na chegada de Diogo Cão na foz do rio Zaire, foi encontrando um povo bem administrado com a representatividade de um rei, era o reino de Banza Congo, que por sua vez era muito bem organizado, com mais de 100 mil habitantes, possuindo uma economia focada somente na agricultura. Na visão de Vieira (2007), mesmo que na altura, o povo do reino, não tivesse o domínio da escrita, não se pode pensar que o mesmo não praticava a educação. Destarte, ao se observar o nível de organização e modo de vivência desse povo antes da chegada do colono, é possível afirmar que o reino já possuía um sistema educacional consistente, que garantia educação e boa disciplina, certamente implantado antes mesmo do processo colonial.

Podemos dizer que este tipo de educação é uma educação da tradição oral, em que os mais velhos devido os seus conhecimentos adquiridos com o tempo, repassam todo aprendizado aos menores sem preconceito ou limites. Nesta altura não havia conhecimento acadêmico, mas sim o arrecadado ao longo da vida, que é uma ciência de experiências e vivências. Os mais velhos em Angola têm o hábito de assentar com os netos, ou melhor, com os menores a volta da fogueira e contam muitas histórias que não são lidas dos livros, mas narradas da própria mente por isso, existe um ditado que diz: “na África, quando um velho morre é uma biblioteca que desaparece” (BÂ, 2010, p.219). Assim sendo, a educação no período pré-colonial era transmitida oralmente.

## **4.2 Educações em Angola no período colonial**

Segundo Vieira (2007), no início do século XVI Angola ainda não era um país, mas, uma colônia de Portugal, nessa época a educação era muito limitada, apenas os filhos dos colonos, os chamados de brancos tinham acesso ao sistema de ensino. Com a fundação das cidades de Luanda e Benguela as escolas eram somente primárias, crescendo depois um pouco mais e dando lugar limitado para alguns africanos que nela teriam oportunidade de estudar. No final do século XVII as coisas começaram a mudar, especialmente pela chegada dos cristãos que tiveram uma grande importância na distribuição da educação, aumentando o número de escolas e ampliando o acesso ao ensino da Língua Portuguesa e um pouco de matemática.

O ensino continuou avançando com a Igreja Católica e depois a Missão Protestante, que chegaram ao país no século XIX e contribuíram muito para o aperfeiçoamento do ensino

primário, focando bastante na escrita. Mais tarde também foram criadas escolas profissionais, que obtiveram grande ajuda para os angolanos que não tinham oportunidade no mundo do trabalho. No início do século XX, mais precisamente em fevereiro de 1919, foi fundado o primeiro Liceu de Luanda e da província Salvador Correia. Logo, em 1854 com a assinatura do decreto de José Falcão surgiu o 1º liceu e só depois de 74 anos surgiram em outras províncias de Angola, firmando como escola secundária, demonstrando atraso no desenvolvimento, sendo que essas escolas não tinham estrutura muito definidas (VIEIRA 2007).

Após a conferência de Berlim em 1884 e 1885, deu-se a segunda fase da educação do colono, dessa forma os ofícios educativos das missões religiosas voltaram a ser realizado de oficialmente estabelecidos por meio de um decreto (1845)<sup>28</sup>, com a chegada das missões que deram o primórdio nas ocupações dos interiores dos territórios de Angola, sendo as regiões rurais as que mais obtinham escolas missionárias. Nesta altura também começaram as escolas privadas, mas somente os filhos dos europeus tinham acesso, cabiam os africanos apenas escolas públicas rurais. (ALMEIDA, 1981, p. 34).

Em 1950, ainda no colonialismo, eram as seguintes as taxas relativas à população não alfabetizada nas então colónias de Portugal:

#### Quadro 4 – Índice de alfabetização nos PALOP

Colônia	População Total	População Analfabeta	Porcentagem de Analfabeto
Angola	4.145.266	4.019.834	96,97%
Cabo Verde	148.331	116.844	78.50%
Guiné-Bissau	510.777	504.920	98.58%
Moçambique	5.738.911	5.615.053	78.86%

Fonte: Anuários Estatísticos de Ultramar – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, apud Almeida, 1981. (Quadro organizado pela autora).

Segundo os índices apresentados podemos perceber que Cabo Verde se encontrava com um índice menos elevado de analfabetismo mostrando (78.50%), seguindo de Angola (96,97), depois Moçambique (97,86%) e Guiné-Bissau (98.58%). Isto pode ser entendido pela forma que os colonizadores aplicavam as suas políticas, pois era o nível de escolarização que demandava os africanos, mas como dá para ver todos esses países estavam com problemas de alfabetização (ALMEIDA, 1981, p. 42).

Os portugueses não se preocupavam com a educação em África, pois as suas preocupações eram mais voltadas para as atividades econômicas que desenvolviam nas colónias, deste jeito, o ensino dos europeus era diferenciado, mesmo explorando o povo eles

<sup>28</sup>Decreto que deu benefícios à população

não faziam a questão de educar ou proporcionar um bom ensino. Com o começo da luta armada, e a conclamação do povo por independência, neste momento os Portugueses começaram a criar leis, normas, modificando algumas formações, mas mesmo assim não foi suficiente para reduzir as taxas de analfabetismo como veremos a seguir:

Só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, sobre sua história etc. Apesar disso, as populações resistiam admiravelmente às tentativas de esmagamento das suas tradições nacionais, transmitindo oralmente a sua língua e os seus dialetos, conservando oralmente a sua literatura, os seus hábitos e as suas tradições. Pode-se mesmo observar que, nos centros de influência direta das missões, o desaparecimento dos velhos hábitos e tradições era muito lento: o angolano conservava até superstições religiosas negras, embora o recenseamento de 1950 tenha indicado 35% de católicos, 12% de protestantes e 50% de pagãos (CÁ, 2011, p. 5).

Para além da educação, outro problema era a questão da civilização, os africanos não eram considerados civilizados e para obter essa alcunha tinham que seguir diversas regras. Para CÁ, os Africanos também podiam ser chamados de assimilados, sendo que este tinha que se juntar às fileiras dos classificados oficialmente como civilizados, para tal era necessário cumprir alguns critérios, como destaca o autor:

Os critérios para chegar à civilização eram os seguintes: falar português; ter rendimento suficiente para sustentar o candidato e sua família; ter bom caráter e posse daquelas qualidades necessárias para o exercício dos direitos privados e públicos do cidadão português; cumprir o serviço militar; e ter, pelo menos, dezoito anos de idade. Qualquer africano que satisfizesse a esses requisitos podia usufruir os direitos severamente reservados aos portugueses (CÁ, 2011, p.6).

Como descrito por CÁ (2011), o critério de bom caráter não dependia somente do bom comportamento do nativo, mas também da aceitação, por parte da administração colonial<sup>29</sup>, na qual tinha que aprovar segundo os seus estatutos, no ato de formalização da escolha de se tornar um assimilado. Deste modo, os portugueses também reprimiam a prática e uso dos costumes comuns das etnias angolanas, forçando o povo a deixar a sua própria cultura, obrigando passar por um processo de aculturação, uma vez que julgavam a cultura africana inferior. As declarações de nativo eram explícitas e racistas aplicada a pessoas de raça negra. Isto é, somente os negros eram classificados de tal forma, mostrando que não havia nativos de raça branca. Por norma todos os brancos, ou melhor, colonos eram civilizados, mesmo havendo alguns analfabetos ou semialfabetizados. Por serem brancos, obtinham tratamento diferenciado em relação aos indígenas em igual situação.

---

<sup>29</sup>Além disso, havia também a visita do governo que ia para as casas fazendo uma avaliação qualificada sobre o estado de assimilado. Na casa dos assim considerados tinha que ter colheres, garfos, mesa de jantar entre outros objetos especialmente a fotografia do presidente da República Portuguesa exposta em lugar de destaque da casa (CÁ, 2011).

Os africanos que se encontravam em outras condições eram considerados não civilizados, sem direitos civis. Mesmo em véspera da luta armada, os colonos não se prontificaram a mudar essa visão, decidiram declarar todos como cidadãos portugueses, emitindo bilhetes de identidade diferentes. Por conseguinte, a política de assimilação só mostrava mais uma vez que os portugueses não conseguiam anular a resistência dos povos dominados, todavia procurava cada vez mais abater a cultura dos africanos, a eles transmitindo suas músicas, literaturas e outras práticas. Com tudo isso, a cultura dos africanos não se manteve totalmente, mas a língua foi mantida (CÁ, 2011, p, 11).

Em 1845 foi oficializado o decreto de José Falcão, que por sua vez exigia a satisfação da população civilizada, dando benefícios à população colonizadora, abrindo os primeiros alicerces das escolas públicas, logo com a legislação o ensino oficial foi estabelecido em Angola, porém foram quase três séculos para que o sistema educacional público fosse introduzido no país desde a chegada do colono em 1482 até a implementação da educação popular em 1845 mostrado a seguir.

O decreto de Falcão tinha uma extrema importância. Era ímpar, pois não fazia nenhuma distinção, do ponto de vista legal, pela primeira e última vez até 1964, entre africanos e europeus, o que estava de acordo com os princípios liberais de igualdade, que proibiam qualquer espécie de discriminação. Entretanto, a efetivação da mudança da legislação não durou muito tempo (Cá, 201, p.11).

O liceal só teve abertura nos princípios do século XIX, a partir de fevereiro de 1919, na fundação do primeiro Liceu da cidade de Luanda e da província Salvador Correia, assim sendo, desde a assinatura de José Falcão em 1885 até o surgimento do 1º liceu passaram-se 74 anos para que todas as outras províncias do país tivessem uma escola secundária oficial, demonstrando o atraso no desenvolvimento do campo educativo em Angola e as inúmeras dificuldades de muitos em prosseguirem os seus estudos secundários. Por conseguinte, mesmo com a implementação oficial do ensino em Angola a situação da maior parte da população ainda se enquadrava na situação antiga, visto que um elevado número crianças, adolescentes e jovens continuava sem o acesso às escolas (SANTOS, 1970, p. 185).

Primeiro é de fundamental importância ressaltar que, embora o ensino secundário já existisse em Angola, ou melhor, em Luanda, a situação de escolarização da maioria da população de África era desfavorecida não obtendo mudanças significativas, visto que o Liceu Correia era prioritariamente para os filhos de fazendeiros, elementos de elites, isto são proprietários europeus que viviam em Angola e alguns africanos que tinham filhos de funcionários direitos dos colonizadores. Dessa forma, a maioria dos angolanos apenas lhes

restava o ensino das escolas profissionais, visto que alguns conseguiam cursos de artes e ofícios, o ensino profissional era destinado na maioria das vezes para os africanos, com interesse de lhes ensinarem as habilidades, com a finalidade de obterem peritos que pudessem trabalhar nos Cinemas, restaurantes e lugares de ocasiões, com as artes aprendidas nas escolas. (SANTOS, 1970).

Podemos compreender que as colónias viviam perante um novo quadro histórico, no qual a população se deparava com um novo período político sob um regime ditatorial que se arrogava, oprimia e subjugar sob a capa de educar e civilizar. De acordo com o Vieira (2001), em 1932 Salazar assume o poder do governo Português e, em 1933, na Conferência Imperial Colonial defendia que o Estado central deve organizar com eficácia a proteção das raças inferiores em benefício do ocidente. Em termos da educação e ensino, a política do Estado novo continuava a encarar a questão da escolarização dos africanos como sendo desnecessária como afirmava o Boletim do Ensino da Colónia de Angola:

O indígena tem que ser um indivíduo útil principalmente no seu meio de origem, poderá ser preparado e educado uma vez nos costumes saltares do trabalho. O indígena na escola primária estaria deslocado, se tornando altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão de escolas primárias nos povoados selvagens (VIEIRA, 2001, p. 49).

Apesar de alguns africanos terem acesso à escola, menos de 5% de todas as crianças de idade compreendida entre os 5 e os 14 anos frequentavam a escola em 1950, enquanto 97% de todos os africanos de 15 anos e mais velhos eram classificados analfabetos. Dessa forma, havia exclusividade apenas para os filhos dos colonizadores e uma minoria africana tinha o acesso, esta minoria era chamada de assimilados, sendo classificado como negros que viviam conforme a cultura portuguesa e tinha benefícios e alguns direitos na coletividade colonial como já foi abordado. Em face do que foi apresentado, podemos entender que o ensino colonial não era aplicado para os cidadãos angolanos nem para a promoção dos seus valores, mas era um mecanismo ideológico do sistema Português<sup>30</sup> que tinha como finalidade incluir valores morais, éticos, religiosos e políticos, fazendo das escolas uma instituição forte para expandir a língua portuguesa, pondo em desvantagens as línguas nacionais angolanas (VIEIRA, 2007).

---

<sup>30</sup>Dado o exposto, é importante realçar que nas escolas os conteúdos e planos de ensino diziam respeito apenas à realidade de Portugal (VIEIRA, 2007).

Conforme defendido por CÁ (2011), o sistema educacional foi constituído nos séculos XIX e XX na África, pelo aspecto do paralelismo no que tange aos objetivos e aos meios oficialmente proclamado durante os séculos XVI a XIX, pela qual a tese preservava que a nação africana estava a assimilar de boa vontade a sociedade portuguesa. Nesta sequência, eram invocados propósitos civilizadores, com designo a religião com a finalidade económicas e políticas, sem nunca permitirem que a educação fosse além de um nível mínimo muito pequeno por causa das prerrogativas conquistadas, que não poderiam ser postas em causas. Fazendo com que só uma minoria elite africana tivesse o acesso à educação, pois esses serviam de intermediários entre os portugueses e os nacionais, por saberem falar a língua Portuguesa e as línguas nacionais que ajudavam na comunicação com os povos, mas o ensino não era igual, não davam o nível superior aos nativos somente a comunicação, arte e coisas básicas eram ensinadas, formando eles para ajudar também em suas obras e atividades. Os portugueses tinham medo de dar oportunidade aos angolanos para que eles não conhecessem a verdade e não mais aceitassem ser escravizados.

### **4.3 Educação pós-independência**

#### **4.3 Políticas do ensino em Angola: Primeira Reforma Curricular Educacional (1975 a 1976)**

Com ênfase da conquista da independência da nação angolana, em 1975, o governo no poder tinha como propósito, a combinação da construção nacional com a construção de uma sociedade socialista, que adaptaria políticas educacionais inteiramente subordinada às suas metas, para isso criou a primeira reforma curricular em vínculo com a constituição da nação angolana (VIEIRA, 2007, p. 99).

O governo absorveu a importância do setor educacional, focando o desenvolvimento do país em geral da sua população, criando um sistema novo de educação e de ensino que não englobou nos seus princípios os signos da política educacional colonial, neste caso foi publicada a Lei nº 4/75, de 09 de dezembro de 1975<sup>31</sup>, um mês a seguir à Independência, que consagrava a nacionalização do ensino. A naturalização do ensino teve como propósito imediato fazer do sistema de educação um dispositivo do Estado, substituindo todo aparelho colonial da educação e ensino, visando à promoção de uma educação focada somente para o povo. Ocorreu, assim, o inverso do que aconteceu no sistema Português, que não se preocupava com a formação e organização da sociedade angolana, por isso, houve a

---

<sup>31</sup>A surgiu no ano da independência

necessidade de sistematizar e desenvolver o sistema educativo do país. Dentro dessa política surgiram também projetos de Escola para todos, que tinham o objetivo de levar a educação para toda a sociedade sem a exclusão e discriminação de cor, raça ou sexo (VIEIRA, 2007).

A Constituição de Angola consagra a educação como um direito de todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia e crença religiosa, decretando também o ensino formal feito em Língua Portuguesa, no entanto a título experimental, sendo incluído no currículo escolar do ensinamento primário algumas das línguas nacionais. (MED, 2013).<sup>32</sup>

Em 1977, dois anos após a independência, as diretrizes curriculares estavam sendo cumpridas, as políticas públicas eram implementadas aos poucos. Nesse ano foi aprovado um sistema nacional de educação e ensino, a implementação se iniciou em 1978, na base dos seguintes princípios gerais:

- Igualdade de oportunidade no acesso e continuação de estudos;
- Gratuidade do ensino em todos os níveis;
- Aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

O maior impacto tangível do novo sistema de educação traduziu-se na grande afluência da população às escolas, pois se em 1974 estudavam, cerca de meio milhão de angolanos, em 1980 esse número supera 1.8 milhões. Não foi possível manter esses indicadores, por muito tempo, pois o país apesar da conquista da independência continuou em guerra que se prolongou durante 27 anos. Guerra, cujas consequências se fizeram sentir principalmente nas zonas rurais. Inúmeras escolas, bibliotecas e centros educacionais foram destruídos (MED, 2013).

Em 1986 foi efetuando, pelo Ministério da Educação, um diagnóstico do sistema de educação que permitiu fazer um levantamento das debilidades e necessidades da área. Os resultados desse diagnóstico revelaram a necessidade de uma nova reforma educativa e tornou possível traçar as linhas gerais de tal processo. Em 1990, Angola envereda por um sistema político multipartidário, o que acarretou mudanças na política educativa (MED, 2013).

Em 1992, a situação agrava-se, com uma estimativa de que o número de crianças em idade escolar ultrapassava dois milhões, o que não aconteceu talvez por se tratar de um momento grave no que concerne à guerra civil em Angola, nesse período, o acesso ao ensino

---

<sup>32</sup>Fonte: Reforma Curricular/INIDE/2003.

foi ampliado em apenas um por cento. No decorrer do tempo, no ano letivo de 1994/95 o número de matrículas cresceu de modo considerável, tendo sido inscritas cerca de 100 mil crianças, o que equivalia um aumento na taxa bruta de matrículas na ordem dos 15%. Assim sendo, a população em idade corrente, dentro do sistema escolar, dos seis aos 14, era de 4.290.000 e fora do sistema, de 2.020.442, o que representa 41,3%. No ano letivo 1996, a população Angolana obteve um alargamento, sendo que a idade escolar abrangia dos 6 aos 14 anos, cerca de 70% corria o risco de cair no analfabetismo por falta de oportunidade de acesso à rede escolar, conforme a estimativa, a taxa de analfabetismo é de 60%. (MED, 2013).

De acordo com as decisões saídas desse Congresso que decorreu de 04 a 10 de dezembro de 1977, redefiniu o novo sistema de educação e ensino estruturado da seguinte forma:

- a) Um subsistema do Ensino de Base;
- b) Um subsistema do Ensino Técnico-profissional; e
- c) Um subsistema do Ensino Superior.

De acordo a estrutura mostrada, o sistema de ensino contava com a seguinte elemento:

Como foi escrito na a): Um Ensino geral de Base – constituído por oito classes subdividido em três níveis; o primeiro de quatro classes começava na 1ª até a 4ª classe; as segundas duas classes incluíam 5ª e a 6ª classe; e o terceiro, da 7ª à 8ª classe.

Como foi referido na b): Um Ensino pré-universitário – estruturado em quatro semestres com a duração de 2 anos vigorava como um sistema transitório para o ensino universitário.

Como foi indicado na b): visto que este inclui ensino técnico e profissional. Um ensino médio – com a duração de quatro anos, possuía dois ramos: o técnico que visava à formação de mão-de-obra para a indústria; e normal para a formação de professores para o ensino de base.

Como foi aludido na c): Por último, um ensino superior – estruturado em faculdades e institutos superiores; tinha a duração de 4 a 5 anos.

NGULUVE (2010) alega que quanto à exploração escolar, verificamos que o número de crianças presentes frequentando a escola nos primeiros anos de independência foi bastante significativa. Em muitas zonas do país improvisaram-se escolas, muitas em armazéns abandonados, igrejas, árvores sobre as etc. Segundo referências do Ministério da Educação, em termos quantitativos, o sistema educativo da época colonial absorvia, em 1973, 608. qu07

alunos em todos os níveis e subsistemas de ensino e possuía 17.978 docentes (MED, 1997, p. 2). Comparando com o período de 1976/77, segundo referências deste ministério, os alunos inscritos eram 1.032.854 em todos os níveis do ensino básico, superando significativamente o período colonial. Vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 5 – Acesso escolar pós-independência**

1980/81	404.255	1.332.297	150.204	36.433	1.923.189
Ano	Iniciação	Iº Nível	IIº Nível	IIIº Nível	Total
1976/77	361.446	592.450	70.933	8.025	1.032.854
1977/78	416.937	958.676	94.317	19.010	1.488.940
1978/79	746.328	1.420.739	113.884	24.663	2.305.614
1979/80	664.500	1.713.817	176.687	40.272	2.596.276

Fonte: Caderno do Ministério da Educação de Angola, 2013. (Quadro organizado pela autora).

Tal como o quadro mostra, só depois da independência é que a taxa de escolaridade cresceu de uma forma significativa, contrastando com os 608.607 alunos matriculados em 1973 pouco antes da conquista de independência. Assim sendo, há indícios do esforço das autoridades de Angola no sentido de escolarizar todas as crianças em idade escolar, sendo que existe uma demonstração fundamentalmente e exclusão a que muitos tinham sido sujeitos no regime colonial que lhe vedava o direito de frequentar a escola. Mas, com a morte do primeiro presidente em 1979, a guerra começou a se fazer sentir com mais intensidade, o número de estudantes e as políticas de implementação começaram a decair (NGULUVE, 2010).

#### **4.3.2 Políticas do ensino em Angola experiência socialista**

No decorrer do tempo, os angolanos notaram que a situação era preocupante no que dizia respeito à educação, pois a conjuntura herdada pelos colonos, principalmente no que tange a educação não era nada favorável, visto que havia um elevadíssimo nível de

analfabetismo no país. Fato que levou o governo a adotar de imediato uma medida nacional de combate ao analfabetismo. Assim sendo, o Ministério da Educação fez uma publicação na revista Novembro, mostrando que 85% da população de Angola não tinha acesso à Escola e dentre os outros poucos tinham qualificação, sendo que o número de angolanos com qualificação profissional era muito reduzido. (VIEIRA, 2007, p.91).

Pelos motivos já apresentados, a alfabetização começou a ser uma tarefa prioritária das autoridades angolanas, fazendo com que o governo criasse uma Comissão Nacional de Alfabetização. Em 1976, um ano após a independência, o Ministério da Educação, sob a tutela do partido no poder, levou a cabo uma campanha nacional de alfabetização com o objetivo de diminuir o número de iletrados. Em geral, houve uma necessidade de incentivar os que sabiam ler a ajudarem os outros e assim se fez, aqueles que aprendiam a ler e escrever eram recrutados para alfabetizar, obtendo a função de ensinar, os que não sabiam todos que chegaram até a 4ª, isto é, sabendo ler e escrever automaticamente viraram professores ou instrutor dos que ainda necessitavam do ensino básico, por causa dos acontecimentos que o país enfrentava um momento difícil, onde cada um tinha uma tarefa árdua para desempenhar. Em torno de dez anos, o Ministério da Educação declarou que foram alfabetizados 1.048.000 angolanos em uma média calculada em 100.000 por ano. Mesmo com essa batalha e esses passos grandes, aqueles anos todos foram repletos de constantes debilidades, visto que os obstáculos de ordem económica e o agudizar da guerra colaboraram para a redução da campanha em diversas regiões (VIEIRA, 2007, p. 93).

Com o decorrer dos tempos outras políticas foram implementadas de forma eficiente, a reestruturação e expansão do sistema do ensino geral, foi abrangente a totalidade populacional, que destinou à população em idade escolar. Deste jeito para adolescentes e adultos que não tiveram o acesso à escola enquanto crianças tinham oportunidade. Este por si alcançou quase todo território angolano, sendo que foi fruto de uma cooperação cubana que fez a substituição dos luso-angolanos<sup>33</sup> que, no tempo colonial tinham sido alicerce indispensável de todo o ensino, mas tinham deixado o país na altura da independência. Não se tem o certo das estatísticas de quantas pessoas foram alcançadas, mas a campanha atingiu centenas de milhares de angolanos, é importante frisar que até hoje ainda existem métodos de ensino para os mais velhos nas escolas de Angola e principalmente no turno da noite (VIEIRA, 2007).

---

<sup>33</sup>Luso-angolanos são pessoas de origem portuguesa que nasceram em Angola.

O problema de falta de professores com a ida dos luso-angolanos, fez com que os governos criassem outras políticas de cooperação com alguns países, fazendo com que houvesse substituição por cooperadores cubanos, alemães e Russos, que por sua vez muitos não sabiam falar ainda a língua portuguesa, mas os estudantes ajudavam na comunicação e tinham que estar muito atentos para facilitar a compreensão. Por este motivo o governo cria outra política pública de formação, estabelecendo um sistema de bolsas que permitia, diversos alunos irem para as universidades em diversos países socialistas, como por exemplo: Cuba, Alemanha, Polônia, União Soviética e etc. (VIEIRA, 2007).

Nesse tempo de extrema guerra muitas políticas públicas deixaram de ser executado, o foco do governo estava na resolução de conflitos, muitos projetos do primeiro currículo foram a baixo. Conseqüentemente, em 1995, a população analfabeta com mais de 15 anos foi estimada em cerca de 4 milhões de pessoas, das quais 2,5 milhões eram mulheres. Para atenuar o fraco poder de absorção da rede escolar foram criadas, no ensino primário, os horários triplos e as turmas pletóricas, com 60 a 80 alunos. Sendo que neste contexto, deve-se observar que se deram os primeiros passos para preparação da 2ª Reforma do Sistema de Educação, em 2001, a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou a Lei de Bases de Educação (Lei 13/01 de 31 de dezembro).<sup>34</sup>

#### **4.4 Novo sistema de educação e ensino: segunda reforma curricular educacional (2003)**

Em função da influência dos seus aliados, o primeiro sistema de ensino traçado pelo 1º Congresso do partido no poder, foi estruturado segundo o sistema de países do bloco socialista (VIEIRA, 2007, p.107). As providências tomadas no 2º Congresso foram focadas nas orientações imprescindíveis para o progresso econômico-social de Angola no período dos anos pós-guerra as decisões tomadas acerca das políticas educativas definiram como objetivos<sup>35</sup> do sistema de educação e ensino o seguinte:

- Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia marxista-leninista;
- Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de formas a que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade;

---

<sup>34</sup>Fonte: Reforma Curricular/INIDE/2003.

<sup>35</sup>Até hoje esses objetivos não foram realizados.

- Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
- Desenvolver o amor ao estudo e o trabalho coletivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano;
- Desenvolver a unidade nacional e garantir o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida da população.

O Currículo (2003) alega que, para os delineamentos e concepção de um modelo curricular, foram levadas em conta estruturas curriculares de vários países e o perfil desejável dos alunos do final do ensino primário. A organização foi produzida pela equipe que se baseou nos pressupostos anteriores, adaptando com estrutura a um esquema básico que deve ser respeitado com a sequência dos conteúdos devidamente programáticos. O currículo também nos mostra que o ensino primário tem a função social de proporcionar sapiência necessária com a qualidade requerida, desenvolvendo capacidade e aptidão, consciencializando a aquisição de valores para a vida social. Ou seja, para o prosseguimento de estudos, propondo o caráter da função social do ensino primário e o prosseguimento de metas exigentes de desenvolvimento, tendo em vista realidade sociocultural dos estudantes, eliminando o analfabetismo.

A Reforma Curricular corrente constitui um objeto fundamental da primeira Reforma do sistema educativo, criando uma organização e sequência dos conteúdos, influenciando diversos campos através dos seguintes fatores:

- a) O modelo curricular adotado;
- b) O paradigma educativo e o modelo pedagógico de referência;
- c) Teorias psicológicas sobre o desenvolvimento cognitivo moral;
- d) Análise da estrutura conceptual lógica dos conteúdos;
- e) Análise da estrutura conceptual psicológica dos conteúdos.

Nessa reforma, políticas de educação especial também foram criadas, em prol da facilitação de políticas educacionais inclusivas, na qual representa a institucionalização da educação especial em Angola, com a preocupação do sistema educativo, garantir o acesso à escola às pessoas com deficiência. Uma boa parte de deficientes são chamados deslocados da

guerra,<sup>36</sup> até 1993 a educação especial no país pautava-se num modelo de atendimento segregado configurando-se como um sistema paralelo de ensino. Atualmente existem 12 escolas Especiais e 687 escolas inclusivas, que de 2004 a 2015 tiveram mais estudantes, mas ainda é pouco pois, as guerras deixaram muitas pessoas mutiladas, deficiente e precisa-se ampliar-se mais as políticas para facilitação e o acesso de todos. Até os dias de hoje a situação continua, porque ainda existem minas terrestres impregnam intensamente em algumas províncias mais rurais de Angola, onde ainda se pode testemunhar crianças brincando em campos demarcados com bandeiras vermelhas que indicam a presença de minas terrestres, como abaixo mencionado:

Uma mãe compartilhou a trágica historial de sua família: Meu filho perdeu metade de sua perna em setembro. O problema é que as pessoas estão com fome e vão à procura de mangas. Geralmente são as crianças que saem a procura de mangas, mas meu filho tem vinte anos. A área estava marcada com área de minas, mas ele havia acabado de chegar e estava com tanta fome que ignorou o aviso (ECLESIAS, 2010).

Com a crise que está abalando o país, o processo de desminagem parou de ser feito, o governo alegou falta de verbas, mesmo sendo uma necessidade primordial, a Nações Unidas que muito ajudava na retirada de minas deixou o país, pois não deveriam abandonar Angola neste momento crítico (ECLESIAS, 2010).

O modelo pedagógico muito se obtém no domínio da decisão políticas, assim sendo, a reforma também estabeleceu condições que obtêm a estrutura das teorias do ensino científico, dando alicerce ao conhecimento compreensivo dos processos. Pois em função do progresso das investigações no campo das teorias do ensino e do aprendizado, que influenciam no domínio dos processos de edificação do conhecimento. Com objetivo de melhorar o ensino em Angola, essa reforma tem como finalidade proporcionar a educação para todos, criando uma igualdade de oportunidades seguindo um plano construído para o progresso do mesmo. Este plano foi elaborado com o intuito de ser resolvido a longo prazo, na qual até o ano de 2015 todas ações deviam ser cumpridas com êxitos em prol do progresso educacional do país (REFORMA, 2003).

---

<sup>36</sup>Aquelas pessoas que são forçadas a sair de suas casas ou lugar de residência habitual, fenômeno conhecido como migração forçada.

## 5 RESULTADOS

As análises feitas ao longo do trabalho mostram-nos que as características institucionais, culturais, econômicas e sociais da nação angolana são pautadas por desigualdades e falta de acesso ao ensino e aos bens culturais públicos, não são apenas resultados de um crescimento da demanda escolar ou da ausência de pessoal qualificado, mas, principalmente pela falta de políticas públicas como evidencia o autor:

É necessário, antes de tudo, compreendermos a política de governo, isto é, ver se existem ou não metas de desenvolvimento social, cultural e político. Para a maioria da população angolana, neste momento, falar em desenvolvimento constitui um ideal fundamental e pedra angular da sociedade, pois com isso pensa-se na melhoria das condições de vida da maioria. Porém, é fundamental procurarmos compreender antes se o que as demais pessoas entendem por desenvolvimento significa o mesmo para o Estado angolano (NGULUVE, 2010, p. 70).

Segundo o Ministério da Educação (2013), em Angola, 79% das crianças têm acesso ao Ensino Primário e 48% se beneficiam de merenda escolar. Esforços estão sendo direcionados para a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, fundamentalmente no Ensino Primário e Secundário. Já se tem 7,4 milhões de alunos matriculados em todos os níveis de ensino não universitário, dos quais 5,1 milhões no ensino primário e 2,3 milhões no ensino secundário. O número de professores é de 278 mil, dos quais 153 mil no ensino primário e classe de iniciação e 125 mil no ensino secundário. Com vista a melhorar a qualidade do ensino de base, o governo pretende empreender ações para melhorar a formação de professores.

O Ministério da Educação tinha diversos objetivos traçados para a educação em 2003 com a finalidade de promover melhorias até 2015, no entanto, já estamos em 2017, mas pouco foi ou está sendo implementado. Em seguida, elencamos os objetivos traçados pelo Ministério da Educação no ano de 2003 para serem alcançado até 2017:

- Expandir e melhorar, em todos os aspectos, cuidados e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo, as meninas e crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de boa qualidade e o concluem; responder às necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos, através do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de preparação para a vida ativa;

- Aumentar em 50% até ao ano 2015 o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente; eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, até 2005, e alcançar, até 2015, a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de boa qualidade, com as mesmas possibilidades de sucesso;
- Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, especialmente em leitura, escrita cálculo e habilidades práticas.

Essas foram às prioridades e metas que tinham que ser alcançadas até 2015, mas não se obteve sucesso, devido à crise económica que em 2012 desestabilizou o país de uma forma lastimável, afetando drasticamente o setor da educação, por causa da falta de recursos. Neste momento, o sistema educativo carece de estratégias e prioridades, é fundamental que todos os planeamentos sejam assentados em quatro pilares básicos que são: acesso, equidade, avaliação e melhoria na qualidade da educação em Angola. Há emergência em desenvolver ações que visem ao reforço da equidade e ao acesso a um ensino pré-escolar e primário obrigatório, gratuito e de boa qualidade; ao reforço do sistema de formação vocacional e profissional e do ensino politécnico que viabilize o desenvolvimento de habilidades para a vida e das competências profissionais necessárias; e ao reforço dos mecanismos e sistemas de gestão escolar, de forma a acelerar o processo de desenvolvimento. Se Angola não apostar mais na educação, se não pôr em práticas as diretrizes dos currículos e disponibilizar mais recursos financeiros, fiscalizando os trabalhos, a educação vai decair mais e mais. Um povo sem educação não cresce e não se desenvolve (ROCHA, 2010).

### **5.1 Indicadores da qualidade do sistema educacional de Angola**

No ano de 2016 foi realizado, pelo MED, uma pesquisa sobre os resultados da política e ações educacionais implantadas nos últimos anos, que revelou o seguinte:

- Taxas de analfabetismo: 33,4% da população com 15 ou mais anos não sabem ler e escrever;
- Políticas de inclusão: Dos analfabetos do país, 22,2% são mulheres entre 15-24 anos que não sabem ler e escrever; no país existem apenas 12 escolas que oferecem ensino especial

(para pessoas com deficiência)<sup>37</sup>, que estão localizadas apenas em 4 das 18 províncias de Angola, sendo que não existe nenhuma escola de formação para formadores de pessoas com deficiência;

- Acesso à escola básica: somente 55 a 60% da população vai à escola básica; existem contradições quanto à qualidade da educação que não corresponde e os anseios do país. Segundo informações, escolas não respeitam os currículos escolares;

- Evasão e defasagem: as referências de contagem de alunos no país se baseiam em número de salas de aula e não em número de escolas; nas escolas, há altos índices de desistência e excesso de classes em regime triplo<sup>38</sup>;

- Acesso ao direito e a participação social, fraca a compreensão da educação como um direito humano no país. Mobilizar a sociedade civil angolana para que defenda seu direito à educação é bastante difícil, uma vez que existe pouca cultura de associativismo no país;

- Financiamento: somente 8% dos recursos do governo são destinados à educação.

Em termos gerais, e já para NGULUVE (2010), os resultados dos Currículos de educacionais não foram satisfatórios porque não aumentaram: a qualidade do ensino, o reconhecimento dos professores, o acesso em grade dimensão de estudantes, processo de inclusão, construção de escolas, facilidade ao acesso, progresso no sistema educativo, comparação das escolas com a comunidade entre outras ações que não foram cumpridas. Embora o país lance mão de operações de crédito com instituições estrangeiras para financiar a educação, aumentando as dívidas externas, os projetos não são realizados. Muito se observa na educação da nação angolana são os projetos do primeiro Currículo que perduram, pois o segundo está mais no papel, porque as execuções das medidas programadas não foram realizadas.

Para a política educativa, necessita-se com urgência de uma definição e aprovação de uma estratégia de intervenção no sistema educativo, que inclua: a reabilitação e a criação de infraestruturas; o apetrechamento de laboratórios e oficinas; o aumento do corpo docente; adoção de medidas que contribuam para criar uma perspectiva de educação e formação ao longo da vida como para melhorar a aprendizagem por parte dos alunos, bem como para o aperfeiçoar as áreas da administração e organização escolar (FERNANDES, 2002).

A Constituição nacional prevê a educação para todos, mas as políticas educacionais inclusivas e as ações e estratégias implantadas por influência são poucas, causando dificuldade de escolarização dos alunos com necessidades educativas especiais. O mesmo

---

<sup>37</sup>Política de inclusão.

<sup>38</sup> Aulas na mesma sala.

acontece com a formação dos docentes, que carece de políticas públicas é necessário que haja introdução de modelos destinados à formação, capacitação de docentes e facilitação do ensino para o acesso a estudantes especiais<sup>39</sup>. Isto é, ampliação de políticas de inclusão e a criação de mais escola de acesso para educação especial com qualidade (MED, 2011).

Ao se falar de qualidade em ensino é relevante compreender qual a concepção que as pessoas têm sobre o tema, já que pode ser visto em vários ângulos, dessa forma, algumas pessoas defendem que, ao se falar em qualidade de ensino pensa-se num ensino crítico e democrático. Uma das tarefas mais importantes da prática educativa é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com os docentes ensaiam a experiência profunda de assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador e criador. O Ministério da Educação em suas diretrizes prima pelo bom ensino, pois a preocupação da qualidade é comum em todos sistemas de ensino, na medida que a exigência por uma educação de qualidade é cada vez mais constante, mas também assume que a falta de recursos para a implementação da reforma educativa são insuficientes, visto que o país está em via de desenvolvimento os recursos para a educação deviam ser maiores, porquanto, as decisões sobre o modo de desenvolver uma reforma dependem essencialmente, de um estudo orçamentário e de um bom conhecimento dos recursos financeiros e da sua disponibilidade. Fazendo com que haja uma qualidade na educação, tem que existir uma responsabilidade geral, ou seja, de todos os pais, professores, inspetores, encarregados de educação, alunos e comunidade educativa em geral, devem participar na implementação da reforma para uma melhor qualidade do sistema de ensino (ECLESIAIS, 2010).

Houve empenho para implementar as diretrizes do primeiro currículo de ensino depois da independência, que tinha como princípio primordial a educação para todos. Mas a guerra desestabilizou tudo, desviando a atenção do governo, pois durante 27 anos de guerra civil o foco era no alcance da paz e na reconstrução de uma nova Angola. Porém em 2002, com o calar das armas, o governo formulou um novo currículo educacional e não se preocupou com a sua total implementação, pois começou a preocupar-se com o crescimento, criando projetos de infraestruturas, ao invés de se preocupar com o desenvolvimento que gera crescimento na qual o foco tinha que ser no cidadão angolano. As circunstâncias que o país vivenciou contribuíram muito para o decréscimo do país, limitando o saber a população ou melhor a condição de consumo, aprendizado, pois é fundamental que a nação possa

---

<sup>39</sup>Estudante com alguma deficiência

desenvolver o anseio de poder saber e criticar, com uma mente sempre alerta para o conhecimento (ROCHA, 2010).

O incorreto foi obter foco no PIB como desenvolvimento e não na perspectiva social humana, precisa-se de perceber que o caminho do progresso é a educação, isto é compreender a educação como ponto de partida para o desenvolvimento. Essa ênfase na necessidade de uma abordagem multidimensional do desenvolvimento constitui-se em peça fundamental do pensamento de SEN (2010), para o autor, quando uma sociedade investe na educação na saúde obtêm produtividade ao ponto de aumentar o crescimento econômico. Logo, o desenvolvimento tem que ser processado como liberdade.

Os resultados deste trabalho mostram que a escassez de mão-de-obra qualificada é uma das maiores dificuldades do progresso do país, é notório que para se obter essa qualificação é necessário melhorar a educação formal para se obter desenvolvimento econômico e o investimento financeiro em prol da ampliação de trabalhos e valorização do cidadão nacional (FERNANDES, 2002).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intento desta pesquisa, proporcionou a investigação do sistema educacional e o progresso que Angola obteve ao longo dos anos. A partir de uma abordagem qualitativa, foram feitas análises que nos deram a percepção que o sistema educacional angolano se encontra defasado e com políticas públicas ineficientes, como foi mostrado por meio de todas as fontes utilizadas. A situação do sistema de educação angolano, o trajeto do procedimento de organização, as reformas e concepções na atualidade. Durante o trabalho também apuramos os argumentos utilizados durante a guerra civil, que explicam o cenário no qual o sistema de educação básica se encontrava, quer seja no acesso, qualidade, financiamento ou investimento na educação. Logo, para entendermos todo o processo ocorrido é importante explicar o contexto histórico do país, desde as guerras, independência, intervenções externas, políticas públicas e o desenvolvimento, procurando entender a contribuição ou o dever político-social dos agentes nacionais durante todos esses momentos. Com base na metodologia de análise bibliográfica de diversas fontes, foi possível fazer o percurso histórico da nação para podermos compreender como era o funcionamento da educação pré-colonial, no período colonial e na atualidade.

Os objetivos do trabalho também foram respondidos a partir da pesquisa bibliográfica, que facilitou na constatação dos argumentos, juntamente com a pesquisa documental que auxiliou nas análises dos dois currículos educacionais que surgiram pós-independência e pós-guerra civil. Com o alcance da independência em 1975, o foco era somente para o desenvolvimento de Angola e dos angolanos, as primeiras diretrizes presentes no currículo educacional mostram isso com muita clareza, tudo começou a ser muito bem feito, educação era vista como prioridade e houve uma grande luta para a erradicação do analfabetismo, pois o governo via a educação como um meio de desenvolvimento e tinha como diretriz primordial a oportunidade básica para o angolano por causa de todo sofrimento que o povo passou durante os anos de colonização. Mas, não foi cumprido e hoje sente-se as duras feridas da falta de educação que afunda o país a cada dia que passa, ao longo do tempo não se viu a prática na sua totalidade, aí surge a guerra civil que impediu que muito se fizesse.

Após a guerra (2002), notou-se que os conceitos mudaram radicalmente, pois diversos problemas sociais não foram superados anteriormente e continuaram a estar presentes, de forma mais alargada, no novo contexto político que se configurou a partir da implantação da política de economia de mercado. Percebe-se que houve um salto de etapas, onde a maior concentração foi dada a exploração de recursos naturais sem ao menos

formarem quadros nacionais eficientes em prol do progresso da nação, a contratação de estrangeiros desvalorizou mais ainda os poucos quadros nacionais e deixou de lado a necessidade de apostar na educação com mais rigor e comprometimento. Hoje nota-se que a garantia do direito à educação e a tomada de medidas sociais mais abrangentes para a execução dos direitos humanos, condições básicas de saúde e educação ainda mostram estar muito longe de se tornarem realidade na atual situação política.

Entendemos que a busca da qualidade de vida social e política passa, inevitavelmente, pela reformulação dos princípios políticos e filosóficos que orientam o sistema educacional, o crescimento e desenvolvimento econômico. Porquanto, o sistema de educação permite a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vistas à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. Isto é, a educação possibilita o indivíduo de ter clareza e reconhecimento necessário para a superação das deficiências construídas pelos problemas que ocorrem no país. Os limites encontrados na elaboração deste, estão na base do alcance de materiais documentais do sistema educativo, a falta de recurso impossibilitou a ida ao país e as páginas dos Ministérios ainda se encontra muito desatualizadas criando um desânimo no começo da pesquisa, que depois supriu-se com a persistência e o alcance de algumas referências que contribuíram para o fechamento do trabalho. Diversas políticas públicas foram criadas, mas não tiveram muito sucesso, ainda falta a verdadeira compreensão e respeito, o país precisa de universalizar a educação e garantir a formação do cidadão que o mundo atual requer e hoje, Angola encontra-se com grandes desafios, o sistema educacional mostra declínios graves, tanto na falta de recursos, materiais como também de cumprir e elaborar políticas públicas ligadas ao ensino. A educação é, portanto, uma questão chave para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade, mas mesmo com 15 anos de paz ainda existem grandes lacunas na educação básica que causam instabilidades no cidadão e no país.

Na educação a palavra qualidade é de extrema importância, ela por si nos ajuda a compreender que não se pode obter educação sem a exigência que a torna qualitativa, ou melhor, eficiente, agregando um valor importante que atribui à prática educativa coerente. Dado exposto, a educação tem que estar ligada a qualidade, cujo objetivo tem que estar compatível ao ensino com atributo no que tange a práticas educativas e a excelência na educação, focando nos valores e deixando para trás o repúdio, a prosódia da feiura da caligrafia, mas o foco tem que estar centralizado na base de uma educação séria, rigorosa e democrática, sem discriminação ou favoritismo. Trazendo assim, uma prática que não favorece e não renega, apenas busca práticas justas. No que tange a qualidade da educação, é

importante frisar que ao se referir a qualidade é necessário levar em conta o maior nível de atributo da educação, que se aplica rigorosidade, eficiência, instrução e disciplina (FREIRE, 2001).

Uma nação deve ver oportunidade de desenvolvimento na educação e não nos recursos naturais, pois com educação obtém-se pessoas preparadas para construir e desenvolver meios eficientes de evolução, sustentabilidade e prosperidade, até hoje muitas perguntas surgem por causa da situação do país, pois muitos lutaram por um país independente, mas sonhava com uma liberdade próspera, mais qualidade na educação, saúde e nas condições básicas, para que o cidadão pudesse desfrutar da paz, liberdade e saciar o conhecimento com todos os direitos e deveres merecidos. O olhar dos mais velhos na atualidade é repleto de lágrimas, pois muitos dizem que não foi esse o combinado, não foi por essa Angola que muitos lutaram. Conclui-se, chamando a atenção para a nova dimensão da luta pelo direito à educação e os desafios teóricos que têm de ser superados para que esta prospere. É urgente a expansão e generalização do acesso da população à Educação Básica. Diversas dificuldades internas também foram notadas concernentes a execução dos orçamentos, insuficiência de professores qualificados, falta de formação adequada para a liderança e gestão das escolas, fraca qualidade da infraestrutura de ensino, falta de equipamentos escolares, falta de meio de transportes, falta de escolas em locais rurais, falta de valorização do professor e o incentivo do encarregado de educação.

Sugere-se pesquisas que tratam do sistema de educação continuem, pois, a educação é uma das diversas medidas que levarão o país ao desenvolvimento e é fundamental tê-la cumprido as reformas educacionais do país, os professores, alunos e a sociedade tem que estar também engajada para que se possa obter sucesso e aceitar as críticas com objetivo de melhoria. É necessária uma educação que seja capaz de romper determinadas condições que estão fixas no pensamento do cidadão angolano. Os resultados que apresentados tratam apenas do ensino básico e não podem ser generalizados, pois tem seus limites, então novas pesquisas podem surgir frisando as outras áreas de ensino como por exemplo: ensino médio, superior ou mesmo infantil em prol de melhoria e qualidade na educação.

Percebemos também, durante o trabalho, que as políticas educacionais obtiveram grandes dimensões, porém não foram totalmente implementadas os desafios correntes estão na elaboração das políticas como elas constam no currículo o que não tem sido feito. Até os dias de hoje a Reforma não está sendo implementada de forma eficiente, o governo do Estado tem domínio de todas escolas públicas e privadas, isso torna um pouco ineficiente para poder fiscalizar e as dificuldades de atribuir verbas tem isso um grande problema que que dificulta a

aplicação da Reforma curricular, pois ainda existem diversas localidades sem escolas, ou com precariedade nas estruturas e na falta de acesso, concluindo que não está respondendo todas as demandas da população, pelo contrário parece que a primeira reforma é que prevalece, pois as suas diretrizes ainda se fazem sentir, por causa dos professores que estudaram nessa base e dão continuidade por incentivo próprio.

Para o país progredir é fundamental criar um melhoramento nas políticas públicas, valorizar o cidadão angolano propiciando saúde e educação capaz de romper com determinadas estruturas sociais. É certo que a guerra é uma das grandes causadoras de tamanho atraso, mas é possível perceber, que a guerra não pode continuar sendo a desculpa por esse atraso. Acreditamos que a falta de interesse é a grande causadora dos problemas da nação, apesar de toda a situação, ainda é possível pensarmos num sistema de ensino eficaz, o qual conduzirá o povo angolano a um desenvolvimento global, mediante compromisso e boas políticas públicas direcionadas a educação.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. **A cooperação em uma federação heterogênea**: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. São Paulo, v. 21 n. 65 abr.- jun. 2016.

ABRUCIO, Fernando Luiz; VARGAS Fundação Getúlio. **Gestão escolar e qualidade da Educação**: um estudo sobre dez escolas paulistas, 2010. Disponível em: <[http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abruccio\\_\\_gestao\\_escolar\\_e\\_qualidade\\_da\\_educacao\\_um\\_estudo\\_sobre\\_dez\\_escolas\\_paulistas.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abruccio__gestao_escolar_e_qualidade_da_educacao_um_estudo_sobre_dez_escolas_paulistas.pdf)>. Acesso em 3 maio. 2017.

ÁFRICA - **MAPA ÁFRICA** – Disponível em: Fonte: <http://imperiobantuspovoescravizados.blogspot.com.br/>. Acesso em 10 de maio de 2017.

ALMEIDA, Hilda Maria Ferreira de. **Educação e transformação social**: formas alternativas de educação em país descolonizado. 1981. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

ANDRADA, Bonifácio de. **Ciência política: ciência do poder**. São Paulo: DLTR, 1998.  
ANGOLA – **MAPA ANGOLA** - Disponível em <https://www.google.com.br/searchq=ww.mapa+de+angola.ao>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

ANGOLA – **MAPA ANGOLA** - Disponível: <https://www.google.com.br/searchq=ww.mapa+de+angola.ao>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

ANGOLA. **Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001, I Série - N.º 65**. Lei de Bases do Sistema de Educação. Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, Luanda, 31 Dezes, 2001.

ANGOLA. **Reforma educativa**: resumo das principais inovações nos sistemas de avaliação das aprendizagens. MED/INIDE, Luanda, 2005.

ARAÚJO, Fernando. **O conceito mecanicista de liberdade**. Coimbra: Almedina, 2001.  
ARRETCHE, Marta; Marques, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2007.

Assembleia Nacional. **Lei 13/01 de 31 de dezembro aprovado a Lei de Base do Sistema de Educação em Diário da República. I Série, N.º 65**. Luanda. Imprensa Nacional, 2001.  
BERLIN, Isaiah. Quatro ensaios sobre liberdade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BIRMINGHAM, David. **Análise Social**: Carnaval em Luanda. Luanda, V26, n 2, 1991.  
BRILHA, J. Património geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Palimage Editores, Viseu, p. 190, 2005.

CÁ, L. O. **Cultura Escolar e os povos coloniais**: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). v.13, n.1, p.207-224, 2011.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.5, n.2, p.73-84, ago. /Dez. 2002.

CHIVELA, David. L. ENSIANGENG, Pedro. **Currículo do Ensino Primário**. Editora Moderna, Salvador, 2013.

FERNANDES, João, e NTONDO, Zavoni. **Angola: Povos e Línguas**, Luanda, Editora Nzila, 2002.

FRANCO, C; ALVES, F; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007.

FRANCO, Creso; ALVES Fátima; BONAMINO Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Cartas à guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.173, 1978.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nacional, 1969.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, Ade. **Educação e mudança social**. In: História Geral da África v. 8. Editor Ali A. Mazrui e assistente de editor. C.Wondji. Brasília/São Carlos

HAMA, Boubou; ZERBO, Joseph K. **Lugar da história na sociedade africana**. In: História Geral da África. V.I. Editor: Joseph Ki Zerbo. Brasília/São Carlos: MEC/Unesco/Ufscar, 2010.

HAMPATÉBÂ, Amadou. **A educação tradicional na África**. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/A-educacao-tradicional-naAfrica.pdf>. Acesso em 08 abril 2017.

HAMPATÉBÂ, Amadou. **Tradição viva**. In: **História geral da África I**. ZERBO, J.K (org.). Brasília:MEC/Unesco, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. **Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento**. Revista de Ciências Sociais, v.25, n.1, 1982.

JUSTIN, José. **A guerra civil em Angola, 1975 – 2002**. Lisboa, Tinta da China, 2017.

KI ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 992.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África**. Lisboa: Secad, 2015.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. São Paulo: Fundação Lemann, Editora Positivo, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, p.305,2004. MEC/Unesco/Ufscar, 2010.

MENEZES, EbenezerTakuno. etall. **Verbetes sistema educacional brasileiro**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MINISTÉRIO da Educação. **Lei de Bases nº13/01 de 31 de dezembro**. Luanda, 2001.

MINISTÉRIO da Educação. **República de Angola**: Balanço Sintético 1976 – 1991, Luanda, 1992.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Educação Angolana**: Políticas de Reformas do Sistema Educacional. S. Paulo 1ª Ed. Biscalchin Editora, 2010.

NURKSE, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, SÍLVIA. **Olhar a pobreza em Angola**: Causas, consequência e estratégias para a sua erradicação. Publicado em 2012. Disponível em:  
[http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837](http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837) acesso em 16 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Ronaldo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino**: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. São Paulo, v 7, n.28, p. 1-20, 2005.

OLIVEIRA, Ronaldo Portela de; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a Diversidade, Brasília: UNESCO, p. 300, 2010.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os Bakongode Angola**: religião, política e parentesco num bairro de Luanda. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os regressados na cidade de Luanda**: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

PNUD. **Relatório De Desenvolvimento Humano Angola**. Ed. Lit.Programa das nações unidas para o desenvolvimento, Luanda,1999.

PRÉLOT, Marcel. **As Doutrinas Políticas**, Lisboa, Presença, 1974.

RÁDIO ECLÉSIA. **A qualidade do ensino em Angola**. Luanda: Radio Eclésia, 23 de setembro de 2010. Programa de rádio.

REDINHA, José. **Etnias e culturas de Angola**, Luanda: Instituto de Investigação Científica, 1975.

ROCHA, Manuel Alves da. **Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: Os factores da competitividade territorial**. Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, 2010.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental**. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Crescimento Econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: \_\_\_\_\_. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752, 1998.

SANTANA, Flavia. **A Dinâmica da Aplicação do termo Qualidade na Educação Superior Brasileira**. São Paulo, Editora Senac, 2007.

SANTOS, Agnaldo. **Cidadão Construção das Políticas Públicas** São Paulo, CEBRAP: IDS, 2008.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Fernando Barciela. **Angola na Hora Dramática da Descolonização, Portugal, Angola, 1975**.

SANTOS, José de Almeida. **A Velha Loanda nos Festejos nas Solenidades no Ensino: Páginas Esquecidas de Loanda há Cem Anos**. Luanda, v4, 1972.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: Hochman, Gilberto;

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XV, n.2, ago/dez, 2001; ano XVI n.1/jun, 2002.

**XLV CONGRESSO DA SOBER, XLV, 2007, Londrina. A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Paraná: Uva, 2007.

ZENGO, Antônio Zageu; SABONETE, Fernando Wilson. **Angola: diversidade étnica. Políticas Públicas e o desafio da unidade nacional**, Ceará, v1, n.16, p.31 – 48, julho/dezembro. 2010.